

# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**

31 de dezembro de 2024 e 2023  
com Relatório do Auditor Independente



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

# Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	11
Demonstrações dos resultados.....	13
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Demonstrações dos valores adicionados.....	17
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	18

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



1 – MENSAGEM DA CEO .....	1
2 – NOSSOS PRINCÍPIOS.....	1
3 – GRUPO SPIC .....	2
4 – PORTIFÓLIO.....	3
5 – DESEMPENHO OPERACIONAL .....	4
6 – DESEMPENHO FINANCEIRO.....	5
7 – INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS .....	7

# 1 – MENSAGEM DA CEO

Prezados acionistas, investidores e parceiros,

Com grande satisfação, apresento os resultados de mais um ano de evolução para a SPIC Brasil. Em 2024, consolidamos nosso compromisso com a geração de energia segura, sustentável e acessível, ampliando nossa capacidade instalada e diversificando nossas fontes energéticas.

A entrada em operação dos complexos solares Panati-Sitiá e Marangatu, o anúncio da aquisição de 70% do Complexo Solar Luiz Gonzaga, e o investimento em dois novos parques eólicos no nordeste do país marcaram um avanço estratégico, reforçando nossa posição no setor de energias renováveis. Além disso, seguimos investindo em inovação e eficiência operacional, garantindo crescimento sólido e impacto positivo no sistema elétrico nacional.

Nosso desempenho financeiro reflete essa trajetória. Registramos um crescimento significativo da receita operacional líquida de 10,2% em relação ao ano anterior e mantivemos uma estrutura financeira robusta, assegurando nossa capacidade de investimento e geração de valor para acionistas e parceiros.

Esse sucesso é resultado do trabalho dedicado de nossos colaboradores e do apoio contínuo de nossos investidores e parceiros.

Estamos preparados para os desafios e oportunidades que virão, impulsionando a transição energética e contribuindo para um futuro mais sustentável para o Brasil.

**Seguimos juntos, energizando o futuro!**

Adriana Waltrick

CEO

# 2 – NOSSOS PRINCÍPIOS

## Visão Gera Evolução

Trazemos da Ásia a ambição de sermos um dos maiores players de energia do Brasil.

No entanto, nossos objetivos vão muito além do crescimento da organização: queremos mostrar como a geração de energia segura pode beneficiar nossas comunidades, o país e o planeta. Temos uma visão clara de que podemos - e vamos - mudar o setor.

## A Nossa Energia Vem da Soma

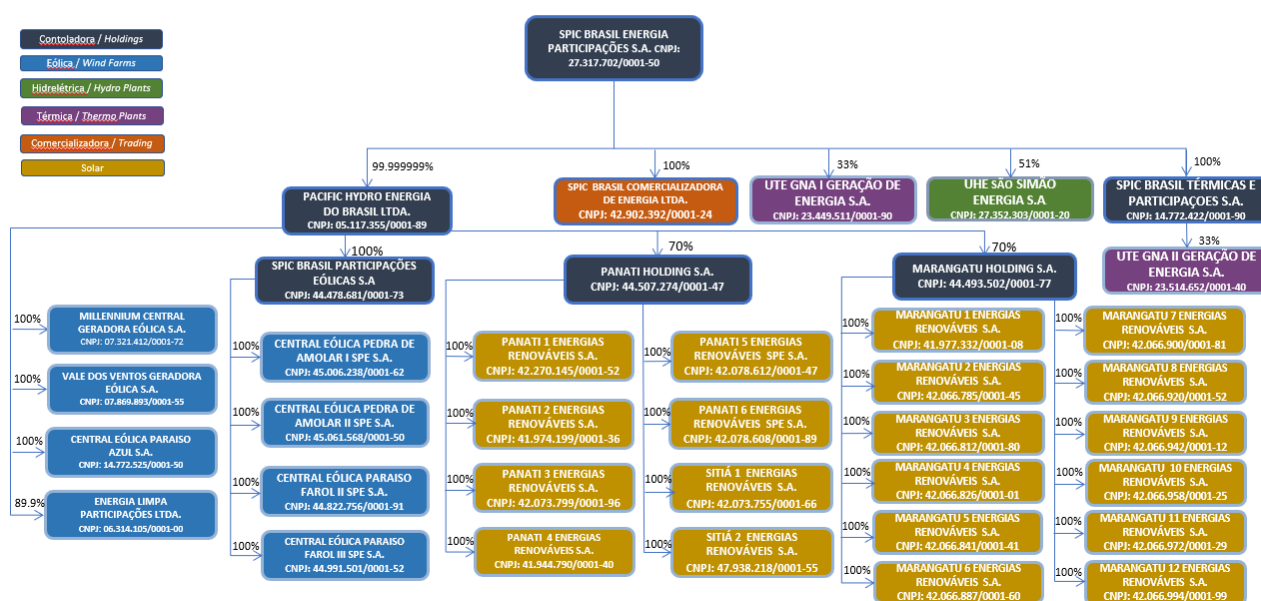
A diversidade é o que faz brilhar nossos olhos: o time da SPIC Brasil é composto por pessoas de diferentes origens, idades e etnias. Somos mais vibrantes, criativos e completos quando juntamos toda essa riqueza em um só lugar. E é ela que nos ajuda a criar valor conjunto e caminhar — com mais força — em direção a nossos objetivos.

## Segurança é a Base do Cuidado

Temos orgulho de ser uma empresa que reinterpreta a segurança, indo além de seu sentido literal. Somos apaixonados por cuidar de nossos públicos e de nossas comunidades.

Criamos uma conexão humana com todos em nosso ecossistema e estamos impactando o mercado nacional, trazendo uma abordagem mais segura para o setor de geração de energia.

## 3 – GRUPO SPIC

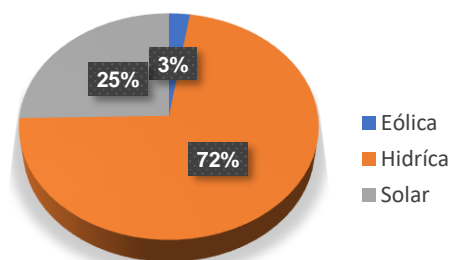


## 4 – Portfólio

Atualmente, a SPIC Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total em operação de 2.368 MW, sendo 1.710 MW hídrico, 58 MW eólico e 600 MW solar.

A Companhia possui, em fase de aprovação do projeto, a construção de 4 parques eólicos. Os projetos têm previsão de iniciar as obras em 2025 e sua conclusão ocorrer em 2026.

Capacidade Instalada em Operação



### 4.1 – Ativos em operação

Fonte	Ativo	Localização (Estado)	Participação SPIC %	Capacidade Instalada MW	Entrada Operação	Vencimento Concessão/Autorização
Eólica	Millennium	PB	100	10	2007	2034
Eólica	Vale dos Ventos	PB	100	48	2009	2034
Hídrica	UHE São Simão	MG	51	1.710	2018	2048
Solar	Complexo Panati-Sitiá	CE	70	240	2024	2056
Solar	Complexo Marangatu	PI	70	360	2024	2056
<b>Total Portfólio</b>				<b>2.368</b>		

### 4.2 – Volume contratado

#### Fonte Hídrica

Ativo	Tipo	Garantia Física (MWm)	Energia contratada (MWm)	Prazo
UHE São Simão	ACR	841,4	841,4	2048
UHE São Simão	ACL	360,6	-	Negociado com terceiros
<b>Total portfólio</b>		<b>1.202</b>	<b>841,4</b>	

## **Fonte Eólica**

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Millennium	ACR	10	2027
Vale dos Ventos	ACR	48	2029
<b>Total portfólio</b>		<b>58</b>	

## **Fonte Solar**

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Complexo Panati-Sitiá	CCEIAL	45	2038
Complexo Marangatu	CCEIAL	80	2038
Complexo Marangatu	CCEIAL	9	2041
<b>Total portfólio</b>		<b>134</b>	

# 5 – Desempenho operacional

## **Fonte Hídrica**

A geração líquida total da usina de São Simão em 2024 foi de 9.049.733 MWh<sup>(1)</sup>, uma variação de 22,11%<sup>(1)</sup> em relação a geração do ano de 2023 7.411.186 MWh<sup>(1)</sup>. O principal fator que contribuiu com tal variação foi o despacho otimizado realizado pelo ONS.

A receita relacionada à venda no ACL foi de R\$ 400.530, uma variação de -14,27% em relação a receita do ano de 2023 de R\$ 467.226. Os principais fatores que contribuíram com tal variação foram: i) a redução do preço de mercado, devido à sobre oferta de energia no SIN e as boas afluências nos anos anteriores (2022 e 2023); e ii) a redução do volume disponível para venda considerando o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

## **Fonte Eólica**

A geração eólica líquida total em 2024 foi de 127.367 MWh<sup>(1)</sup>, uma variação de 4,35% em relação a geração do ano de 2023 de 122.061 MWh<sup>(1)</sup>. Do ponto de vista meteorológico ocorreu uma diminuição de temperatura na superfície do Atlântico que pode ter aumentado os ventos na região.

A receita relacionada à venda no mercado regulado o PROINFA foi de R\$ 93.600, uma variação de -2,86% em relação a receita do ano de 2023 de R\$ 96.357. O principal fator que contribuiu com tal variação foi a redução da tarifa decorrente da variação -6,86% do IGP-M para o ciclo de 2023/2024. Além disso, o aumento na geração de energia elétrica de 2024 somente será refletida na receita do ano subsequente.

## Fonte Solar

O complexo solar de Panati-Sitiá entrou em operação comercial entre janeiro e fevereiro de 2024 com uma geração solar líquida em 2024 de 380.418 MWh<sup>(1)</sup> e o complexo solar de Marangatu entrou em operação comercial em abril de 2024 com uma geração solar líquida em 2024 de 523.948 MWh<sup>(1)</sup>. A geração solar líquida total em 2024 foi de 904.366 MWh<sup>(1)</sup>.

A receita relacionada aos contratos de venda para este período, no complexo Panati-Sitiá foi R\$ 71.757 e no complexo Marangatu foi R\$ 89.854, totalizando R\$ 161.611 em 2024.

(1) informação não auditada.

## 6 – Desempenho financeiro

Abaixo os quadros de EBTIDA e Dívida Líquida, ambos com dados do ano atual e ano anterior. Em seguida tem quadro contendo as variações e breve descritivo das principais linhas.

### Informações por segmento de geração

<b>2024</b>	<b>Hídrica</b>	<b>Solar</b>	<b>Eólica</b>
Receita operacional líquida	1.889.467	155.702	84.941
Custo de operação	(426.744)	(167.975)	(35.201)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.462.723</b>	<b>(12.273)</b>	<b>49.740</b>
Administrativas e gerais	(110.490)	(9.118)	(17.065)
Outras receitas operacionais	2.302	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.354.535</b>	<b>(21.391)</b>	<b>32.675</b>
Depreciação/amortização	101.087	84.098	17.101
<b>EBTIDA</b>	<b>1.455.622</b>	<b>62.707</b>	<b>49.776</b>

<b>2023</b>	<b>Hídrica</b>	<b>Solar</b>	<b>Eólica</b>
Receita operacional líquida	1.865.566	-	87.444
Custo de operação	(420.038)	-	(34.224)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.445.528</b>	<b>-</b>	<b>53.220</b>
Administrativas e gerais	(107.927)	(4.688)	(16.058)
Outras (despesas) receitas operacionais	3.406	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.341.007</b>	<b>(4.688)</b>	<b>37.162</b>
Depreciação/amortização	101.667	-	17.269
<b>EBTIDA</b>	<b>1.442.674</b>	<b>(4.688)</b>	<b>54.431</b>

## Informações Consolidadas

	2024	2023	var.	%
Receita operacional líquida (1)	2.152.793	1.953.010	199.783	10,2%
Custo de operação (2)	(642.831)	(454.464)	(188.367)	41,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.509.962</b>	<b>1.498.546</b>	<b>11.416</b>	<b>0,8%</b>
Administrativas e gerais	(178.071)	(206.605)	28.534	-13,8%
Outras (despesas) receitas operacionais (3)	2.302	3.411	(1.109)	-32,5%
Equivalência Patrimonial (4)	(375.728)	(183.689)	(192.039)	104,5%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>958.465</b>	<b>1.111.663</b>	<b>(153.198)</b>	<b>-13,8%</b>
Depreciação/amortização	205.477	120.224	85.253	70,9%
<b>EBTIDA</b>	<b>1.163.942</b>	<b>1.231.887</b>	<b>(67.945)</b>	<b>-5,5%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>4.678.197</b>	<b>5.005.723</b>	<b>(327.526)</b>	<b>-6,5%</b>

- (1) O principal aumento da receita foi decorrente da entrada em operação dos complexos solares Panati e Marangatu gerando uma receita operacional líquida de R\$ 155.702.
- (2) O aumento do custo de operação foi decorrente da entrada em operação dos complexos solares Panati-Sitiá e Marangatu e os principais fatores foram: i) Custos com compra de energia elétrica para suprir os contratos de venda de energia elétrica no valor de R\$ 40.606; ii) R\$ Custos com encargos de uso do sistema de transmissão no valor de R\$ 28.877; iii) Custos com depreciação dos ativos imobilizados operacionais no valor de R\$ 82.330.
- (3) Redução na alienação de sucatas em comparação ao ano anterior.
- (4) O resultado negativo de equivalência patrimonial é decorrente do resultado negativo nas Companhias GNA I e GNA II e nas controladas Panati-Sitiá e Marangatu.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Dívida bruta</b>		
Financiamento/Empréstimos - Moeda Estrangeira	1.890.662	1.557.114
Financiamento/Empréstimos - Moeda Nacional	1.224.836	1.825.709
Debêntures	2.274.623	2.361.864
Arrendamento	188.403	52.366
Derivativos a pagar	41.951	7.516
	<u>5.620.475</u>	<u>5.804.569</u>
<b>(-) Ativos financeiros</b>		
Alta liquidez	421.037	610.386
Derivativos a receber	325.267	-
Mútuos ativos (Empresas Ligadas)	195.974	188.460
	<u>942.278</u>	<u>798.846</u>
<b>Dívida líquida</b>	<u><b>4.678.197</b></u>	<u><b>5.005.723</b></u>

## 7 – INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As controladas da holding beneficiam-se de incentivos fiscais relevantes, incluindo o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que permite a suspensão de PIS/COFINS sobre investimentos em infraestrutura; a tributação pelo lucro da exploração, otimizando a carga tributária; e a Lei do Bem, que oferece incentivos para inovação tecnológica. Além disso, parte do imposto devido é destinado a projetos sociais por meio da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo ao Esporte, reforçando o compromisso da empresa com responsabilidade social e apoio à cultura e ao esporte.



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da  
**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 15 de abril de 2024, sem modificação.



**Shape the future  
with confidence**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho  
Contador CRC SP-294991/O

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.402	98.030	421.037	610.386
Contas a receber de clientes	5	-	-	76.219	55.118
Ativo financeiro da concessão	6	-	-	877.153	839.394
Impostos a recuperar	7	14.807	23.955	133.624	128.597
Estoque		-	-	14.015	11.113
Dividendos e JSCP a receber	10	89.176	126.983	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	95.460	-
Outros ativos	8	172	156	40.404	37.648
<b>Total ativo circulante</b>		<b>171.557</b>	<b>249.124</b>	<b>1.657.912</b>	<b>1.682.256</b>
<b>Não circulante</b>					
Ativo financeiro da concessão		-	-	6.731.156	6.422.427
Impostos a recuperar		-	-	-	126.657
Caixa restrito e depósitos judiciais	9	-	-	15.004	4.615
Empréstimos a receber	10	195.974	188.253	195.974	188.460
Impostos diferidos	26	-	-	10.093	9.316
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	229.807	-
Partes relacionadas	10	163.020	20	163.253	-
Outros ativos	8	24.486	77.331	24.486	77.331
		<b>383.480</b>	<b>265.604</b>	<b>7.369.773</b>	<b>6.828.806</b>
Investimentos	11	4.833.099	4.884.335	1.039.295	1.371.781
Ativo de direito de uso	12	460	-	176.661	45.753
Imobilizado	13	2.788	2.691	2.600.354	2.421.666
Intangível	14	237	-	2.532.877	2.449.259
		<b>4.836.584</b>	<b>4.887.026</b>	<b>6.349.187</b>	<b>6.288.459</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>5.220.064</b>	<b>5.152.630</b>	<b>13.718.960</b>	<b>13.117.265</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>5.391.621</b>	<b>5.401.754</b>	<b>15.376.872</b>	<b>14.799.521</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	25.960	79.695	153.963	234.430
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	14.537	397.838	1.191.957	2.086.484
Arrendamentos	17	413	-	7.344	5.980
Obrigações sociais e trabalhistas		3.316	2.643	35.548	34.207
Impostos a recolher	7	199	162	96.818	26.869
Dividendos e JSCP	10 e 21	899.820	615.821	983.618	737.670
Encargos setoriais	18	-	-	29.585	22.368
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	5.247	41.951	7.512
Outros passivos	8	-	-	461	1.034
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	129.214	102.275
<b>Total passivo circulante</b>		<b>944.245</b>	<b>1.101.406</b>	<b>2.670.459</b>	<b>3.258.829</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	15	-	-	11.547	19.312
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	449.050	448.291	4.198.164	3.658.203
Arrendamentos	17	73	-	181.059	46.386
Impostos a recolher	7	-	-	-	390
Provisões para contingências	19.1	-	-	1.322	879
Provisão para desmobilização	19.2	-	-	20.969	30.430
Impostos diferidos	26	-	-	727.354	600.330
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	4
Partes relacionadas	10	-	75	971	971
Outros passivos	8	-	-	2.606	3.256
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	522.661	544.423
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>449.123</b>	<b>448.366</b>	<b>5.666.653</b>	<b>4.904.584</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	21				
Capital social		4.100.519	3.527.080	4.100.519	3.527.080
Outros resultados abrangentes		(975)	(45.065)	(975)	(45.065)
Reservas de lucro		84.967	369.967	84.967	369.967
Prejuízos acumulados		(186.258)	-	(186.258)	-
Participação de não controladores		-	-	3.041.507	2.784.126
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>3.998.253</b>	<b>3.851.982</b>	<b>7.039.760</b>	<b>6.636.108</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>5.391.621</b>	<b>5.401.754</b>	<b>15.376.872</b>	<b>14.799.521</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	-	-	2.152.793	1.953.010
Custo de operação	24	-	-	(642.831)	(454.464)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>1.509.962</b>	<b>1.498.546</b>
Resultado da equivalência patrimonial	11	(93.526)	337.084	(375.728)	(183.689)
Despesas administrativas	24	(28.023)	(28.173)	(178.071)	(206.605)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	-	2.302	3.411
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>(121.549)</b>	<b>308.911</b>	<b>958.465</b>	<b>1.111.663</b>
Receitas financeiras		15.724	39.213	77.885	206.829
Despesas financeiras		(101.515)	(102.586)	(650.300)	(605.998)
Variação monetária/cambial líquida		21.082	2.416	13.665	2.094
<b>Resultado financeiro líquido</b>	25	<b>(64.709)</b>	<b>(60.957)</b>	<b>(558.750)</b>	<b>(397.075)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(186.258)</b>	<b>247.954</b>	<b>399.715</b>	<b>714.588</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	7.381	(153.845)	173.740
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(126.248)	(121.990)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(186.258)</b>	<b>255.335</b>	<b>119.622</b>	<b>766.338</b>
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(305.880)	(511.003)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(186.258)</b>	<b>255.335</b>	<b>(186.258)</b>	<b>255.335</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação</b>	22				
Quantidade de ações no final do exercício		3.703.274	3.527.080	3.703.274	3.527.080
Lucro líquido (Prejuízo) por ação, básico e diluído		(0,0503)	0,0724	-0,0503	0,0724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(186.258)	255.335	(186.258)	255.335
Hedges de fluxo de caixa, líquido de imposto de renda e contribuição social	44.090	29.970	44.090	29.970
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(142.168)</b>	<b>285.305</b>	<b>(142.168)</b>	<b>285.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Não controladores	Total consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.368.998</b>	<b>(75.035)</b>	<b>56.621</b>	<b>460.654</b>	<b>-</b>	<b>3.811.238</b>	<b>2.186.622</b>	<b>5.997.860</b>
Aumento de capital	158.082	-	-	-	-	158.082	316.617	474.699
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	255.335	255.335	511.003	766.338
Hedge de fluxo de caixa	-	29.970	-	-	-	29.970	(37.832)	(7.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	12.863	12.863
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reserva legal	-	-	12.767	-	(12.767)	-	-	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(60.643)	(60.643)	-	(60.643)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	181.925	(181.925)	-	(205.147)	(205.147)
Destinação de dividendos de anos anteriores	-	-	-	(342.000)	-	(342.000)	-	(342.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.527.080</b>	<b>(45.065)</b>	<b>69.388</b>	<b>300.579</b>	<b>-</b>	<b>3.851.982</b>	<b>2.784.126</b>	<b>6.636.108</b>
Aumento de capital	573.439	-	-	-	-	573.439	35.650	609.089
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(186.258)	(186.258)	305.529	119.271
Hedge de fluxo de caixa	-	44.090	-	-	-	44.090	-	44.090
Destinação de dividendos de anos anteriores, conforme AGE de 09 de dezembro de 2024	-	-	-	(285.000)	-	(285.000)	(83.798)	(368.798)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.100.519</b>	<b>(975)</b>	<b>69.388</b>	<b>15.579</b>	<b>(186.258)</b>	<b>3.998.253</b>	<b>3.041.507</b>	<b>7.039.760</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(186.258)	247.953	399.715	714.588
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	-	-
Receita financeira capitalizada		-	-	2.886	21.193
Ativo financeiro da concessão		-	-	(1.608.545)	(1.509.233)
Depreciações e amortizações	12, 13 e 14	1.409	867	204.033	120.225
Amortização de juros capitalizados		-	-	2.720	30
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		91	-	200	85
Atualizações monetárias com partes relacionadas		(19.478)	(8.294)	(19.526)	(8.142)
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	16	90.514	65.392	583.176	501.147
Arrendamentos - atualização financeira	17	71	-	6.882	2.818
CAPEX melhoria – atualização financeira	20	-	-	48.907	58.922
Provisão para desmobilização - atualização financeira	19.2	-	-	827	250
Provisões para contingências - adição e atualização monetária	19.1	-	-	1.049	804
(Ganhos) Perdas com investimentos		-	-	-	33.456
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	18	-	-	4.976	5.458
Caixa restrito e depósitos judiciais - atualização monetária		-	-	(883)	(1.118)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	7	(1.086)	(1.874)	(15.923)	(75.046)
Contratos futuros de energia		-	-	(202)	-
Outros		-	-	(602)	2.159
		<b>(21.211)</b>	<b>(33.040)</b>	<b>(14.581)</b>	<b>51.284</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>					
Contas a Receber de clientes		-	-	(31.215)	1.033
Ativo financeiro da concessão		-	-	1.262.057	1.208.753
Impostos a recuperar		(6.780)	(7.458)	129.891	113.667
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados		-	-	(1.196)	(1.196)
Estoques		-	-	(2.213)	40
Caixa restrito e depósitos judiciais		-	124.197	(270)	132.515
Outros ativos		35.672	465	33.429	(17.489)
		<b>28.892</b>	<b>117.204</b>	<b>1.390.483</b>	<b>1.437.323</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Fornecedores		(166.521)	(2.424)	(187.101)	101.089
Impostos a recolher		(4.130)	4.210	(25.634)	(53.446)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(385)	-
Obrigações estimadas com pessoal		673	(13)	1.341	3.435
Encargos regulamentares e setoriais		-	-	2.241	610
Provisões para contingências		-	-	(606)	(208)
Outros passivos		-	(3)	(573)	(5.225)
		<b>(169.978)</b>	<b>1.770</b>	<b>(210.717)</b>	<b>46.255</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(162.297)</b>	<b>85.934</b>	<b>1.165.185</b>	<b>1.534.862</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	7	-	-	(71.478)	(135.431)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(162.297)</b>	<b>85.934</b>	<b>1.093.707</b>	<b>1.399.431</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
(Aporte) redução de capital em controladas		(88.183)	(803.892)	-	(53.592)
Pagamento de investimentos em controladas		-	-	(4.900)	(19.600)
Dividendos recebidos		126.822	164.270	-	-
Caixa restrito		-	-	(9.236)	-
Adições ao Imobilizado e Intangível		(592)	(2.642)	(257.880)	(2.202.923)
Adições CAPEX melhorias		-	-	(223.005)	(217.636)
Partes relacionadas		(74)	(9.647)	-	(7.808)
Empréstimos para terceiros		-	66.460	-	-
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>		<b>37.973</b>	<b>(585.451)</b>	<b>(495.021)</b>	<b>(2.501.559)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Aumento (diminuição) de capital líquido do custo de emissão		573.439	-	609.090	316.617
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.000)	-	(122.849)	(153.953)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	831.096	1.407.240	3.301.551
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		(385.464)	(424.468)	(2.169.191)	(2.293.583)
Pagamentos de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		(92.839)	(55.375)	(501.420)	(421.976)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis		(440)	-	(10.905)	(8.637)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>		<b>93.696</b>	<b>351.253</b>	<b>(788.035)</b>	<b>740.019</b>
<b>(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(30.628)</b>	<b>(148.264)</b>	<b>(189.349)</b>	<b>(362.109)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		67.402	98.030	421.037	610.389
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		98.030	246.294	610.386	972.498
		<b>(30.628)</b>	<b>(148.264)</b>	<b>(189.349)</b>	<b>(362.109)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Geração do valor adicionado</b>	-	-	<b>2.459.132</b>	<b>2.231.199</b>
Receita operacional bruta	-	-	2.456.588	2.226.650
Outras Receitas	-	-	2.544	4.549
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(10.039)</b>	<b>(14.461)</b>	<b>(519.661)</b>	<b>(450.329)</b>
Custos da energia comprada	-	-	(62.221)	(11.212)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(319.938)	(276.047)
Materiais	(218)	(63)	(4.713)	(3.840)
Serviços de terceiros	(8.034)	(11.235)	(101.746)	(92.710)
Outros custos operacionais	(1.787)	(3.163)	(31.043)	(66.520)
Seguros	(89)	(92)	(12.240)	(6.404)
(-) Recuperação de despesas	-	-	251	10
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(100)
Provisões (reversão) para contingências judiciais	-	-	(762)	(753)
Outras despesas	(1.698)	(3.071)	(13.972)	(21.434)
Gastos com P&D	-	-	(4.320)	(37.839)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(10.039)</b>	<b>(14.461)</b>	<b>1.939.471</b>	<b>1.780.870</b>
<b>Retenções</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(867)</b>	<b>(204.188)</b>	<b>(118.654)</b>
Depreciações e amortizações	(1.409)	(867)	(204.188)	(118.654)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(11.448)</b>	<b>(15.328)</b>	<b>1.735.283</b>	<b>1.662.216</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>90.306</b>	<b>417.325</b>	<b>696.098</b>	<b>833.848</b>
Receitas financeiras	183.834	80.241	1.071.827	1.017.536
Resultado da equivalência patrimonial	(93.528)	337.084	(375.729)	(183.688)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>78.858</b>	<b>401.997</b>	<b>2.431.381</b>	<b>2.496.064</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>78.858</b>	<b>401.997</b>	<b>2.431.381</b>	<b>2.496.064</b>
Pessoal	12.825	10.220	106.859	99.303
Remuneração direta	10.314	7.912	83.406	77.757
Benefícios	1.863	1.578	17.909	15.468
FGTS	648	730	5.544	6.078
Impostos, taxas e contribuições	6.767	(3.302)	572.902	221.714
Federais	6.696	(3.361)	571.528	220.374
Estaduais	-	-	555	582
Municipais	71	59	819	758
Remuneração de capitais de terceiros	245.524	139.744	1.631.998	1.408.709
Juros	244.394	139.016	1.622.547	1.401.543
Arrendamentos e Aluguéis	1.130	728	9.451	7.166
Remuneração de capitais próprio	(186.258)	255.335	119.622	766.338
Participação de acionistas não controladores	-	-	305.880	511.003
Dividendos	-	60.642	-	60.642
Lucro (-) prejuízo a distribuir	(186.258)	194.693	(186.258)	194.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia” ou quando em conjunto com as suas controladas “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

### UHE São Simão Energia S.A.

A Companhia é controladora direta da UHE São Simão Energia S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta Companhia, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

#### *Contrato de concessão*

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.

A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das Companhias: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda e 70% da Panati Holding e Marangatu Holding. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais:

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.

A energia gerada dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

- SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., Companhia com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Spic Brasil Eólicas é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Eólicas” sendo 4 (quatro) SPE´s em fase de construção que terão por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte eólica, são elas: Central Eólica Pedra de Amolar I S.A., Central Eólica Pedra de Amolar II S.A., Central Eólica Paraíso Farol II S.A., Central Eólica Paraíso Farol III S.A.,

- O Complexo Panati-Sitiá é composto por Panati Holding S.A. individualmente “Panati Holding” constituída, em 07 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil.

A Panati Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Panati” sendo 8 (oito) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Panati 1 Energias Renováveis S.A., Panati 2 Energias Renováveis S.A., Panati 3 Energias Renováveis S.A., Panati 4 Energias Renováveis S.A., Panati 5 Energias Renováveis S.A., Panati 6 Energias Renováveis S.A., Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., Sitiá 2 Energias Renováveis S.A.

O complexo Panati-Sitiá, com capacidade instalada de 292 MWp, todas sediadas no Município de Jaguaratama no Estado do Ceará.

- Complexo Marangatu é composto por Marangatu Holding S.A. individualmente “Marangatu Holding” constituída, em 06 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Marangatu Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE’s Marangatu” sendo 12 (doze) SPE’s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Marangatu 1 Energias Renováveis S.A., Marangatu 2 Energias Renováveis S.A., Marangatu 3 Energias Renováveis S.A., Marangatu 4 Energias Renováveis S.A., Marangatu 5 Energias Renováveis S.A., Marangatu 6 Energias Renováveis S.A., Marangatu 7 Energias Renováveis S.A., Marangatu 8 Energias Renováveis S.A., Marangatu 9 Energias Renováveis S.A., Marangatu 10 Energias Renováveis S.A., Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. e Marangatu 12 Energias Renováveis S.A..

O complexo Marangatu, com capacidade instalada de 446 MWp, todas sediadas no Município de Brasileira no Estado do Piauí.

## SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

A Companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2021 (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”) assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia. A Companhia detém a participação na UTE GNA II, conforme abaixo:

- UTE GNA II Geração de Energia S.A.

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA II Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica. Companhia encontra-se em fase de construção e está com cerca de 90% do projeto concluído e início de geração previsto para junho/2025.

## UTE GNA I Geração de Energia S.A.

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA I Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica.

## SPIC Comercializadora

A Companhia é controladora da SPIC Comercializadora. (“Controlada”) desde 28 de julho de 2021 por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica.

### **1.1. Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) no consolidado negativo de R\$ 1.012.547 (R\$ 1.576.573 em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente, pelo vencimento de empréstimos de curto prazo nas Controladas Panati e Marangatu.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas dos complexos solares de Panati-Sitiá e Marangatu apresentaram em 2024 redução de receitas decorrentes do *curtailment*, que significa uma redução, corte ou limitação de inserção de energia renovável na rede elétrica, decorrente principalmente pela limitação de carga da rede básica. As controladas Panati Holding e Marangatu Holding têm empréstimos em moeda estrangeira com vencimento em julho de 2025 no valor de R\$136.375 e R\$625.051, respectivamente a Administração dispõe de algumas alternativas para refinanciamento desta dívida, tais como: financiamento de longo prazo com bancos de fomento, e refinanciamento das dívidas bancárias em mercado de capitais local e internacional. Adicionalmente as controladas do complexo solar Marangatu (SPEs 7 a 12) no 27 de março de 2025 assinou contratos de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, conforme nota explicativa 30. Considerando que os investimentos necessários são suportados por aportes já aprovados dos acionistas controladores a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo de caixa.

No quarto trimestre de 2024, a Companhia teve sua nota máxima de rating (BrAA+) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 31 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, os quais incluem (i) instrumentos financeiros derivativos; e (ii) passivos financeiros designados como objeto de *hedge* de valor justo (nota explicativa 27).

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

### 2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requerem que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota explicativa 5);

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa 6);
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 26);
- Provisões para Capex melhorias (nota explicativa 20);
- Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 27).
- Vida útil dos bens do Ativo de direito de uso, Imobilizado e Intangível (notas explicativas 12, 13 e 14);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 13);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 17);
- Provisão para contingências (nota explicativa 19.1); e
- Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa 19.2).

### 3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis materiais e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

#### 3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 10	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de " <i>Sale and Leaseback</i> "	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	N/A	01.01.2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações contábeis e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS1	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia e suas controladas, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixas e bancos	35	140	33.458	103.160
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	67.367	97.890	387.579	507.226
	<b>67.402</b>	<b>98.030</b>	<b>421.037</b>	<b>610.386</b>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 100% a 101,25% em 2024 (taxa média em 100% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário).

## 5. Contas a receber de clientes - consolidado

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia e suas controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	<b>Valores Correntes</b>		<b>Saldo líquido em 31/12/2024</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2023</b>
	<b>Corrente a Vencer</b>			
	<b>Até 60 dias</b>			
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	76.091		76.091	55.118
Energia de curto prazo	128		128	-
<b>Total Circulante</b>	<b>76.219</b>		<b>76.219</b>	<b>55.118</b>

## 6. Ativo financeiro da concessão - consolidado

### Política contábil

A Controlada UHE São Simão considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

**Reconhecimento e mensuração**

Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a controlada UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX), conforme estabelecido no contrato de concessão.

Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	557.641	-	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022
121	11.07.2022	01.07.2022 a 30.06.2023	11,89%	741.807	11,89%	220.442
59	17.07.2023	01.07.2023 a 30.06.2024	3,16%	765.260	3,16%	227.411
110	17.07.2024	01.07.2024 a 30.06.2025	4,23%	797.613	4,23%	237.025

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (relative fair value), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da controlada UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro da concessão. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,02% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A controlada UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro da concessão foi como segue:

	<b>31/12/2023</b>	<b>Receita financeira</b>	<b>Variação monetária</b>	<b>(-) Faturamento RAG</b>	<b>31/12/2024</b>
Ativo financeiro - RBO	7.589.145	791.549	366.215	(855.127)	7.891.782
Ativo financeiro - GAG	412.863	573.103	41.634	(535.571)	492.029
(-) PIS/COFINS	(740.187)	(126.230)	(37.726)	128.641	(775.502)
<b>Total</b>	<b>7.261.821</b>	<b>1.238.422</b>	<b>370.123</b>	<b>(1.262.057)</b>	<b>7.608.309</b>
Circulante	839.394				877.153
Não Circulante	6.422.427				6.731.156
<b>Total</b>	<b>7.261.821</b>				<b>7.608.309</b>

	<b>31/12/2022</b>	<b>Receita financeira</b>	<b>Variação monetária</b>	<b>(-) Faturamento RAG</b>	<b>31/12/2023</b>
Ativo financeiro - RBO	7.325.860	766.017	317.864	(820.596)	7.589.145
Ativo financeiro - GAG	345.040	545.280	33.906	(511.363)	412.863
(-) PIS/COFINS	(709.559)	(121.295)	(32.539)	123.206	(740.187)
<b>Total</b>	<b>6.961.341</b>	<b>1.190.002</b>	<b>319.231</b>	<b>(1.208.753)</b>	<b>7.261.821</b>
Circulante	807.169				839.394
Não Circulante	6.154.172				6.422.427
<b>Total</b>	<b>6.961.341</b>				<b>7.261.821</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Impostos a recuperar e a recolher

	Controladora						Consolidado								
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativo - Impostos a recuperar															
IRRF sobre aplicação financeira	558	94	-	-	-	652									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.397	3.515	1.086	(12.976)	(867)	14.155									
<b>Total</b>	<b>23.955</b>	<b>3.609</b>	<b>1.086</b>	<b>(12.976)</b>	<b>(867)</b>	<b>14.807</b>									
Circulante	23.955					14.807									
<b>Total</b>	<b>23.955</b>					<b>14.807</b>									
Passivo - Impostos a recolher															
PIS e COFINS	53	891	-	(130)	(678)	136									
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	109	(2.000)	-	2.142	(188)	63									
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>(1.109)</b>	<b>-</b>	<b>2.012</b>	<b>(866)</b>	<b>199</b>									
Circulante	162					199									
<b>Total</b>	<b>162</b>					<b>199</b>									
Ativo - Impostos a recuperar	6	-	-	-	68.921	17.213	(3)	(86.112)	-	-	-	-	-	-	25
Imposto de renda e contribuição social	344	44.302	(324)	-	-	(42.998)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.324
PIS e COFINS	2.477	10.309	-	-	-	(8.199)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.587
IRRF sobre aplicação financeira	231.509	11.078	-	15.733	(20.105)	(134.292)	2.136	-	-	-	-	-	-	-	106.059
Imposto de renda e contribuição social a compensar	20.918	7.282	-	190	-	(6.896)	82	53	-	-	-	-	-	-	21.629
Outros	255.254	72.971	(324)	15.923	48.816	(175.172)	2.215	(86.059)	-	-	-	-	-	-	133.624
<b>Total</b>	<b>255.254</b>	<b>72.971</b>	<b>(324)</b>	<b>15.923</b>	<b>48.816</b>	<b>(175.172)</b>	<b>2.215</b>	<b>(86.059)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133.624</b>
Circulante	128.597														133.624
Não Circulante	126.657														-
<b>Total</b>	<b>255.254</b>														<b>133.624</b>
Passivo - Impostos a recolher	10.051	153.887	-	-	(2.557)	(175)	2.095	(84.918)	-	-	-	-	-	-	78.383
Imposto de renda e contribuição social	8.462	188.615	-	-	(8.804)	(173.332)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	14.924
PIS e COFINS	69	1.839	-	-	(1.654)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	254
ICMS	8.216	6.594	-	-	(11.291)	(544)	79	-	-	-	-	-	-	-	3.054
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	461	3.822	-	-	(3.850)	(230)	-	-	-	-	-	-	-	-	203
Outros	27.259	354.757	-	-	(28.156)	(174.281)	2.157	(84.918)	-	-	-	-	-	-	96.818
<b>Total</b>	<b>27.259</b>	<b>354.757</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.156)</b>	<b>(174.281)</b>	<b>2.157</b>	<b>(84.918)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96.818</b>
Circulante	26.869														96.818
Não Circulante	390														-
<b>Total</b>	<b>27.259</b>														<b>96.818</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Recebimento	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativo – Impostos a recuperar</b>										
Imposto de renda e contribuição social	5	4.956	-	-	58.919	-	(57.527)	4	(6.352)	5
PIS e COFINS	8	41.620	-	-	(168)	-	(41.116)	-	-	344
IRRF sobre aplicação financeira	6.922	32.634	-	-	402	-	(24.457)	(8)	(13.016)	2.477
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.683	252.316	-	73.863	(1.692)	(76.626)	(96.585)	-	66.551	231.510
Outros	23.739	94.614	(529)	1.657	-	-	(98.512)	-	(51)	20.918
<b>Total</b>	<b>44.357</b>	<b>426.140</b>	<b>(529)</b>	<b>75.520</b>	<b>57.461</b>	<b>(76.626)</b>	<b>(318.197)</b>	<b>(4)</b>	<b>47.132</b>	<b>255.254</b>
Circulante	44.357									128.597
Não Circulante	-									126.657
<b>Total</b>	<b>44.357</b>									<b>255.254</b>
<b>Passivo – Impostos a recolher</b>										
Imposto de renda e contribuição social	130.905	79.099	(8)	-	(71.523)	-	(174.853)	(34)	46.465	10.051
PIS e COFINS	4.066	182.894	-	-	(38.138)	-	(140.360)	-	-	8.462
ICMS	208	1.114	-	-	(1.254)	-	-	-	-	68
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4.800	39.261	1	-	(32.892)	-	(2.985)	32	-	8.217
Outros	389	(63)	-	-	135	-	-	-	-	461
<b>Total</b>	<b>140.368</b>	<b>302.305</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>(143.672)</b>	<b>-</b>	<b>(318.198)</b>	<b>(2)</b>	<b>46.465</b>	<b>27.259</b>
Circulante	139.979									26.869
Não Circulante	389									390
<b>Total</b>	<b>140.368</b>									<b>27.259</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Outros ativos e passivos

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros ativos				
Serviços em curso	-	-	-	-
Despesas antecipadas	167	-	85	-
Despesas antecipadas com captação de dívida	-	-	-	-
Adiantamentos de folha de pagamento	2	-	45	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	16	-
Conta a receber BP Gas Marketing Ltd. (i)	-	24.486	-	77.331
Outros	3	-	10	-
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>24.486</b>	<b>156</b>	<b>77.331</b>

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros ativos				
Serviços em curso	10.574	-	3.297	-
Despesas antecipadas	15.792	-	12.781	-
Despesas antecipadas com captação de dívida	4.854	-	8.478	-
Adiantamentos de folha de pagamento	27	-	1.168	-
Adiantamentos a fornecedores	8.874	-	11.669	-
Conta a receber BP Gas Marketing Ltd. (i)	-	24.486	-	77.331
Outros	283	-	255	-
<b>Total</b>	<b>40.404</b>	<b>24.486</b>	<b>37.648</b>	<b>77.331</b>
Outros passivos				
Adiantamentos a clientes	460	-	1.021	-
Projetos – P&D	1	2.606	13	3.256
<b>Total</b>	<b>461</b>	<b>2.606</b>	<b>1.034</b>	<b>3.256</b>

- (i) Na Companhia o valor de 24.486 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 77.331 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a cessão de direito entre GNA I e BP Gás Marketing Ltd., onde a SPIC Brasil paga a BP Gás e posteriormente cria este contas a receber conforme nota explicativa 15.

## 9. Caixa restrito e depósitos judiciais

	Consolidado	
	Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	800	664
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	14.204	3.951
<b>Total</b>	<b>15.004</b>	<b>4.615</b>

- (i) O caixa restrito no montante de R\$ 14.204 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.951 em 31 de dezembro 2023) refere-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pelas controladas Millennium e Panati 1 a 6, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Controlada Millennium até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026 e pelas Controladas Panatis até 15 de janeiro de 2048, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Balanco patrimonial</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
UHE São Simão Energia S/A	Dividendos	87.219	126.822	-	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Dividendos	1.273	161	-	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	JSCP	684	-	-	-
		<u>89.176</u>	<u>126.983</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Ativo não circulante</b>					
GNA II Geração de Energia S/A	Mútuo	116.635	116.635	116.635	116.635
GNA I Geração de Energia S/A	Mútuo	79.339	71.621	79.339	71.621
SPIC Brasil Térmicas e Participações S/A	Reembolso de custos de projetos	20	17	-	-
GNA I Geração de Energia S/A	Reembolso de custos de projetos	163.000	-	163.000	-
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	253	204
		<u>358.994</u>	<u>188.273</u>	<u>359.227</u>	<u>188.460</u>
<b>Total ativo</b>		<b><u>448.170</u></b>	<b><u>315.256</u></b>	<b><u>359.227</u></b>	<b><u>188.460</u></b>
<b>Passivo circulante</b>					
SPIC Green Energy Ltd.	Dividendos	899.820	615.821	899.820	615.821
		<u>899.820</u>	<u>615.821</u>	<u>899.820</u>	<u>615.821</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
UHE São Simão Energia S/A	Custos compartilhados	-	75	-	-
Outros	Custos compartilhados	-	-	29	29
Pacific Hydro International Ltd.	Mútuo	-	-	942	942
		<u>-</u>	<u>75</u>	<u>971</u>	<u>971</u>
<b>Total passivo</b>		<b><u>899.820</u></b>	<b><u>615.896</u></b>	<b><u>900.791</u></b>	<b><u>616.792</u></b>
<b>Resultado</b>					
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	Mútuo	-	-	-	(118.829)
SPIC Pacific Hydro PTY Ltd.	Mútuo	-	(1.273)	-	(1.273)
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	Mútuo	-	1.273	-	-
<b>Total Resultado</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<b><u>(120.102)</u></b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos Diretores Executivos no consolidado totalizou R\$ 7.898 (R\$ 10.718 em 2023).

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2024 e 2023.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Investimento

### a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	31/12/2024	31/12/2023	Percentual de participação	Ativo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício
				Passivo 2024			
Participações nas controladas							
UHE São Simão Energia	2.806.667	2.526.650	51%	9.448.633	2.606	-	720.070
Pacific Hydro Energia do Brasil	970.136	974.507	100%	2.829.137	460	(93.348)	-
SPIC Térmicas	1.005.140	1.112.869	100%	1.005.161	-	(249.297)	(145.809)
SPIC Comercializadora	17.020	11.416	100%	-	-	-	7.521
GNA I	10.191	234.101	33%	5.913.133	5.911.491	1.642	(696.726)
GNA I - Mais valia	23.946	24.792					
<b>Total Investimentos</b>	<b>4.833.099</b>	<b>4.884.335</b>					

### b. Movimentação do investimento:

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2023	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	JSCP	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2024
São Simão Energia	2.526.650	-	367.236	-	-	(87.219)	-	2.806.666
Pacific Hydro Energia do Brasil	974.507	-	(92.554)	88.183	-	-	-	970.136
SPIC Térmicas (i)	1.112.869	38.081	(145.810)	-	-	-	-	1.005.141
SPIC Comercializadora	11.416	-	7.521	-	(805)	(1.112)	-	17.020
GNA I	234.101	6.009	(229.919)	-	-	-	-	10.191
GNA I - Mais valia (ii)	24.792	-	-	-	-	-	(847)	23.945
<b>Total</b>	<b>4.884.335</b>	<b>44.090</b>	<b>(93.526)</b>	<b>88.183</b>	<b>(805)</b>	<b>(88.331)</b>	<b>(847)</b>	<b>4.833.099</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Outros resultados abrangentes	MEP	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2024
SPIC Térmicas (i)	1.112.888	38.081	(145.810)	-	1.005.159
GNA I	234.101	6.009	(229.919)	-	10.191
GNA I - Mais valia (ii)	24.792	-	-	(847)	23.945
<b>Total</b>	<b>1.371.781</b>	<b>44.090</b>	<b>(375.729)</b>	<b>(847)</b>	<b>1.039.295</b>

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2023
São Simão Energia	2.232.173	(25.988)	533.987	-	(213.522)	-	2.526.650
Pacific Hydro Energia do Brasil	189.915	-	(13.745)	798.337	-	-	974.507
SPIC Térmicas (i)	1.085.490	59.374	(31.995)	-	-	-	1.112.869
SPIC Comercializadora	1.612	-	530	9.400	(126)	-	11.416
GNA I	335.619	(3.416)	(151.693)	53.591	-	-	234.101
GNA I - Mais valia (ii)	25.638	-	-	-	-	(846)	24.792
<b>Total</b>	<b>3.870.447</b>	<b>29.970</b>	<b>337.084</b>	<b>861.328</b>	<b>(213.648)</b>	<b>(846)</b>	<b>4.884.335</b>

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2023
SPIC Térmicas (i)	1.085.509	59.374	(31.995)	-	-	1.112.888
GNA I	335.619	(3.417)	(151.693)	53.592	-	234.101
GNA I - Mais valia (ii)	25.638	-	-	-	(846)	24.792
<b>Total</b>	<b>1.446.766</b>	<b>55.957</b>	<b>(183.688)</b>	<b>53.592</b>	<b>(846)</b>	<b>1.371.781</b>

- (i) O saldo não eliminado de SPIC Térmicas, refere-se a investida indireta GNA II o qual a SPIC Térmicas não possui controle, desta forma o saldo não é eliminado no consolidado.
- (ii) Referem-se a mais valia apurada nos laudos de avaliação sobre os ativos de GNA I e GNA II. A amortização se dará pela depreciação dos ativos de GNA I e por meio dos contratos de energia elétrica para GNA II.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das controladas Vale dos Ventos e Millennium e parques solares das Controladas Panati-Sitiá e Marangatu.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguéis relativo às sedes da Companhia e das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora			
		31/12/2024			31/12/2023
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso					
Administração					
Aluguéis de imóveis	46,15%	854	(394)	460	-
		854	(394)	460	-
<b>Total direito de uso</b>		<b>854</b>	<b>(394)</b>	<b>460</b>	<b>-</b>

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado						
		31/12/2024			31/12/2023			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso								
Geração								
Arrendamento de terras	6,45%	155.526	(12.909)	142.617	9,85%	38.722	(8.406)	30.316
		155.526	(12.909)	142.617		38.722	(8.406)	30.316
Administração								
Aluguéis de imóveis	23,68%	53.376	(19.332)	34.044	12,45%	30.581	(15.144)	15.437
		53.376	(19.332)	34.044		30.581	(15.144)	15.437
<b>Total direito de uso</b>		<b>208.902</b>	<b>(32.241)</b>	<b>176.661</b>		<b>69.303</b>	<b>(23.550)</b>	<b>45.753</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

		<b>Controladora</b>			
		<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>
<b>Ativos de direito de uso</b>					
Aluguéis de imóveis		-	855	(395)	460
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<u>-</u>	<u>855</u>	<u>(395)</u>	<u>460</u>

		<b>Consolidado</b>				
		<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>
<b>Ativos de direito de uso</b>						
Arrendamento de terras		30.316	116.092	1.518	(5.309)	142.617
Aluguéis de imóveis		15.437	855	21.940	(4.188)	34.044
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<u>45.753</u>	<u>116.947</u>	<u>23.458</u>	<u>(9.497)</u>	<u>176.661</u>

		<b>Consolidado</b>				
		<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
<b>Ativos de direito de uso</b>						
Arrendamento de terras		13.885	19.621	(545)	(2.645)	30.316
Aluguéis de imóveis		19.376	-	28	(3.967)	15.437
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<u>33.261</u>	<u>19.621</u>	<u>(517)</u>	<u>(6.612)</u>	<u>45.753</u>

### 13. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria, da mesma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora						
		31/12/2024			31/12/2023			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado</b>								
Imobilizado em serviço								
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	2.092	(56)	2.036		-	-	-
Máquinas e equipamentos	20,00%	421	(119)	302	10,00%	112	(52)	60
Móveis e utensílios	10,00%	329	(22)	307		-	-	-
		<u>2.842</u>	<u>(197)</u>	<u>2.645</u>		<u>112</u>	<u>(52)</u>	<u>60</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>2.842</u>	<u>(197)</u>	<u>2.645</u>		<u>112</u>	<u>(52)</u>	<u>60</u>
Imobilizado em curso								
Atividades não vinculadas à concessão		143	-	143		2.631	-	2.631
Total do imobilizado em curso		<u>143</u>	<u>-</u>	<u>143</u>		<u>2.631</u>	<u>-</u>	<u>2.631</u>
Total do Imobilizado		<u>2.985</u>	<u>(197)</u>	<u>2.788</u>		<u>2.743</u>	<u>(52)</u>	<u>2.691</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado						
		31/12/2024			31/12/2023			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
<b>Imobilizado</b>								
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	394	(84)	310	3,65%	394	(71)	323
Máquinas e equipamentos	10,15%	7.047	(2.508)	4.539	10,24%	6.856	(1.955)	4.901
Veículos	20,00%	1.137	(530)	607	20,00%	1.137	(367)	770
Móveis e utensílios	6,25%	1.522	(352)	1.170	6,25%	1.486	(259)	1.227
		<u>10.100</u>	<u>(3.474)</u>	<u>6.626</u>		<u>9.873</u>	<u>(2.652)</u>	<u>7.221</u>
Administração								
Terrenos		-	-	-		-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	3.743	(744)	2.999	3,42%	3.743	(616)	3.127
Máquinas e equipamentos	13,32%	5.215	(2.856)	2.359	13,10%	4.579	(2.375)	2.204
Móveis e utensílios	6,25%	464	(118)	346	6,25%	451	(90)	361
		<u>9.422</u>	<u>(3.718)</u>	<u>5.704</u>		<u>8.773</u>	<u>(3.081)</u>	<u>5.692</u>
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		602	-	602		602	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,77%	463.391	(31.218)	432.173	10,76%	24.353	(18.461)	5.892
Máquinas e equipamentos	10,13%	2.391.425	(276.715)	2.114.710	10,06%	261.220	(194.715)	66.505
Veículos	20,00%	1.285	(450)	835	20,00%	410	(410)	-
Móveis e utensílios	10,87%	2.347	(539)	1.808	10,19%	626	(370)	256
Descomissionamento	9,44%	16.517	(3.483)	13.034	9,44%	26.806	(2.914)	23.892
		<u>2.875.567</u>	<u>(312.405)</u>	<u>2.563.162</u>		<u>314.017</u>	<u>(216.870)</u>	<u>97.147</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>2.895.089</u>	<u>(319.597)</u>	<u>2.575.492</u>		<u>332.663</u>	<u>(222.603)</u>	<u>110.060</u>
Imobilizado em curso								
Geração		23.194	-	23.194		2.307.853	-	2.307.853
Administração		268	-	268		639	-	639
Atividades não vinculadas à concessão		1.400	-	1.400		3.114	-	3.114
Total do imobilizado em curso		<u>24.862</u>	<u>-</u>	<u>24.862</u>		<u>2.311.606</u>	<u>-</u>	<u>2.311.606</u>
Total do Imobilizado		<u>2.919.951</u>	<u>(319.597)</u>	<u>2.600.354</u>		<u>2.644.269</u>	<u>(222.603)</u>	<u>2.421.666</u>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b. Movimentação do Imobilizado

Imobilizado	Controladora						Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		2.092	(56)			2.036
Máquinas e equipamentos	60	107	293	(67)	(91)		302
Móveis e utensílios	-		329	(22)			307
Total do imobilizado em serviço	60	107	2.714	(145)	(91)	-	2.645
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	2.631	485	(2.714)			(259)	143
Total do imobilizado em curso	2.631	485	(2.714)	-	-	(259)	143
Total do imobilizado	2.691	592	-	(145)	(91)	(259)	2.788

Imobilizado	Consolidado								Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transferência para reparo	Reclassificação (i)	Impostos recuperáveis	
Imobilizado em serviço									
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.342	13	438.852	(12.898)	-	-	-	173	435.482
Máquinas e equipamentos	73.610	33.025	2.097.166	(83.034)	(137)	(45)	-	1.023	2.121.608
Veículos	770	-	875	(203)	-	-	-	-	1.442
Móveis e utensílios	1.844	53	1.717	(290)	-	-	-	-	3.324
Descomissionamento	23.892	-	-	(569)	(10.289)	-	-	-	13.034
Total do imobilizado em serviço	110.060	33.091	2.538.610	(96.994)	(10.426)	(45)	-	1.196	2.575.492
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos	1.999.713	527.031	(2.503.171)	-	-	-	(809)	-	22.764
Veículos	-	875	(875)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	277.308	(275.231)	-	-	-	-	-	-	2.077
Outros	34.585	-	(34.564)	-	-	-	-	-	21
Total do imobilizado em curso	2.311.606	252.675	(2.538.610)	-	-	-	(809)	-	24.862
Total do imobilizado	2.421.666	285.766	-	(96.994)	(10.426)	(45)	(809)	1.196	2.600.354

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Controladora

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
	Máquinas e equipamentos	69	11	(20)
Total do imobilizado em serviço	69	11	(20)	60
Máquinas e equipamentos		2.631		2.631
Total do imobilizado	69	2.642	(20)	2.691

## Consolidado

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transferência para reparo	Reclassificação (i)	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2023
	Imobilizado em serviço								
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.095	-	451	(1.377)	-	-	-	173	9.342
Máquinas e equipamentos	84.867	1.819	203	(14.313)	(24)	35	-	1.023	73.610
Veículos	691	220	-	(141)	-	-	-	-	770
Móveis e utensílios	1.850	142	62	(175)	(35)	-	-	-	1.844
Descomissionamento	2.994	21.383	-	(485)	-	-	-	-	23.892
Total do imobilizado em serviço	101.099	23.564	716	(16.491)	(59)	35	-	1.196	110.060
Imobilizado em curso									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	359	149	(508)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.947	1.936.793	(579)	-	-	-	59.547	-	1.999.708
Móveis e utensílios	14	9	(23)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12.935	264.378	-	-	-	-	-	-	277.313
Outros	20	34.564	-	-	-	-	-	-	34.584
Total do imobilizado em curso	17.275	2.235.893	(1.110)	-	-	-	59.547	-	2.311.605
Total do imobilizado	118.374	2.259.458	(394)	(16.491)	(59)	35	59.547	1.196	2.421.666

(i) O valor de R\$ 809 em 31 de dezembro de 2024 foi reclassificado para o intangível em serviço decorrente da conclusão de desenvolvimento de softwares. O valor de R\$ 59.547 em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

#### Gastos com desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar:

(i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

Amortização da Bonificação de Outorga é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048.

A amortização do Capex melhoria é reconhecida baseando-se no método linear, a partir da data de provisão do Capex melhoria descrito na nota explicativa 20 e será amortizado até o final da concessão. A vida útil residual estimada é de 25 anos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais itens de ativos intangíveis a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Controladora			Consolidado		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2024		31/12/2023
					Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	259	(22)	237			
Total intangível		259	(22)	237			
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.262)	332	1.594	(1.182)	412
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(5.985)	1.575	7.560	(5.607)	1.953
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	16.286	(8.208)	8.078	11.306	(5.921)	5.385
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.956.385	(431.180)	1.525.205	1.956.384	(365.831)	1.590.553
Outorga de autorização	2,75%	69.760	(1.701)	68.059	69.760	-	69.760
CAPEX melhorias	3,51%	1.053.911	(150.879)	903.032	874.638	(119.972)	754.666
Servidão	3,13%	525	(7)	518	-	-	-
Intangível em curso							
Projeto Panati		-	-	-	704	-	704
Projeto Marangatu		-	-	-	384	-	384
Outros projetos		170	-	170	-	-	-
Software		3.498	-	3.498	3.032	-	3.032
Total intangível		3.132.099	(599.222)	2.532.877	2.947.772	(498.513)	2.449.259

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### b. Movimentação do Intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço				
Software	-	(22)	259	237
	-	(22)	259	237

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	412	-	(80)	-	-	332
Gastos pré-operacionais (i)	1.953	-	(378)	-	-	1.575
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	5.385	642	(2.278)	3.690	639	8.078
Direito de concessão - Outros (iii)	1.590.553	-	(65.350)	-	-	1.525.203
Concessão da Outorga (iv)	69.760	-	(1.701)	-	-	68.059
CAPEX melhorias (v)	754.666	179.275	(30.907)	-	-	903.034
Servidão	-	-	(8)	526	-	518
Intangível em curso						
Projeto Paraíso Azul (vi)	-	-	-	-	-	-
Projeto Paraíso Farol (vi)	-	-	-	-	-	-
Projeto Panati (vii)	704	225	-	(929)	-	-
Projeto Marangatu (vii)	384	540	-	(924)	-	-
Outros projetos	-	-	-	-	170	170
Software	3.032	2.829	-	(2.363)	-	3.498
	2.449.259	183.511	(100.702)	-	809	2.532.877

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificação	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	491	-	-	(79)	-	412
Gastos pré-operacionais (i)	2.331	-	-	(378)	-	1.953
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	3.162	3.256	-	(1.427)	394	5.385
Direito de concessão - Outros (iii)	1.655.902	-	-	(65.349)	-	1.590.553
Outorga de autorização (iv)	69.760	-	-	-	-	69.760
CAPEX melhorias (v)	785.575	-	-	(30.909)	-	754.666
Intangível em curso						
Projeto Paraíso Azul (vi)	11.197	-	(11.197)	-	-	-
Projeto Paraíso Farol (vi)	22.260	-	(22.260)	-	-	-
Projeto Panati (vii)	19.213	705	-	-	(19.214)	704
Projeto Marangatu (vii)	40.055	385	-	-	(40.056)	384
Outros projetos	276	-	-	-	(276)	-
Software	1.765	1.267	-	-	-	3.032
	<u>2.634.397</u>	<u>5.613</u>	<u>(33.457)</u>	<u>(98.142)</u>	<u>(59.152)</u>	<u>2.449.259</u>

- (i) No consolidado foram reconhecidos gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica.
- (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das controladas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável.
- (iii) Referem-se aquisição de *software* das controladas e ao direito da controlada UHE São Simão de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.
- (iv) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos o valor justo decorrente das aquisições de Panati e Marangatu, os quais foram classificados como Outorga de autorização que são os montantes futuros avaliados pelos PPA's destas Companhias e são amortizados período destes PPA's.
- (v) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa 20.
- (vi) Na controlada Pacific Hydro Entre 2009 e 2021 foram reconhecidos na Controladora gastos com a pesquisa dos Projetos Paraíso Azul, Paraíso Farol para a geração de energia eólica. Os projetos estão situados em Touros-RN. Em 2024 a Administração da Companhia reavaliou estes gastos dos projetos e efetuou sua baixa total por não viabilidade dos projetos.
- (vii) Na controladas Panati e Marangatu foram reconhecidos gastos com desenvolvimento dos projetos no exercício de 2022. Em 2024 estes montantes foram reclassificados para seus respectivos ativos imobilizados em curso nas controladas de Panati e Marangatu.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 15. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	25.046	23.944	-	-
Materiais e Serviços (i)	25.960	79.695	124.017	200.686	123	-
Retenção contratual (ii)	-	-	-	-	11.424	19.312
Outras contas a pagar (iii)	-	-	4.900	9.800	-	-
	<b>25.960</b>	<b>79.695</b>	<b>153.963</b>	<b>234.430</b>	<b>11.547</b>	<b>19.312</b>

- (i) Na Controladora o valor em materiais e serviços refere-se, principalmente a um pagamento de cessão para a empresa BP Gas Marketing Ltd. no valor de R\$ 24.486 (R\$ 77.331 em 31 de dezembro de 2023), onde a Companhia sub-rogou o pagamento BP Gás pelos montantes não pagos por GNA I (A parcela da Companhia é de 33% sobre o valor devido pela GNA I a BP Gás), em decorrência à falta de caixa em GNA I e *covenants* do BNDES. O montante a receber de GNA I é apresentado na nota explicativa 10. No consolidado, além do pagamento a BP Gas, R\$99.531 são pagamentos para fornecedores de Operação e Manutenção das controladas.
- (ii) Refere-se, principalmente, a retenção contratual de 3% dos contratos de CAPEX Melhoria – Modernização na controlada UHE São Simão com os fornecedores GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda. Estes valores serão pagos após cumprimento das garantias contratuais.
- (iii) Em 2023 a companhia realizou parte dos valores provisionados, referente ao Contas a pagar a Canadian Solar FIP, conforme contrato de compra de ações em 26 de julho de 2022. Foram pagos R\$ 695 para Panati-Sitiá e R\$ 4.205 para Marangatu, desembolsando assim um montante total de R\$ 4.900.

### 16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

#### Empréstimos financiamentos e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por operações de swap e reconhecidos como *hedge* de valor justo, ou seja, as variações para a mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro.

#### Debêntures

As debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos.

Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:

Item	Controladora						Total	
	31/12/2024			31/12/2023				
	Encargos	Principal		Encargos	Principal			
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante		
<b>Moeda nacional</b>								
Banco BOCOM BBM SA	i	14.537	449.050	463.587	14.955	-	448.291	463.246
<b>Total</b>		<b>14.537</b>	<b>449.050</b>	<b>463.587</b>	<b>14.955</b>	<b>-</b>	<b>448.291</b>	<b>463.246</b>
<b>Moeda estrangeira</b>								
Banco BOCOM BBM		-	-	-	2.228	380.655	-	382.883
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.228</b>	<b>380.655</b>	<b>-</b>	<b>382.883</b>
<b>Derivativos</b>								
Itaú BBA		-	-	-	5.793	-	-	5.793
JP Morgan		-	-	-	(546)	-	-	(546)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.247</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.247</b>
<b>Total de dívidas</b>		<b>14.537</b>	<b>449.050</b>	<b>463.587</b>	<b>22.430</b>	<b>380.655</b>	<b>448.291</b>	<b>851.376</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Item	Companhia	31/12/2024			31/12/2023			Total		
		Encargos		Principal	Encargos		Principal			
		Circulante	Circulante		Circulante	Circulante			Circulante	
<b>Moeda nacional</b>										
Banco BOCOM BBM SA	i	SPIC Brasil	14.537	-	449.050	463.587	14.955	-	448.291	463.246
Banco Nordeste do Brasil S.A.	ii	Millennium	1	2.839	1.218	4.058	3	2.646	4.056	6.705
1ª Emissão de NC série 1 - Itaú Unibanco S/A		Marangatu Holding	-	-	-	-	21.427	350.000	-	371.427
1ª Emissão de NC série 2 - Itaú Unibanco S/A		Marangatu Holding	-	-	-	-	8.551	225.000	-	233.551
1ª Emissão de NC série 3 - Itaú Unibanco S/A		Marangatu Holding	-	-	-	-	2.877	225.000	-	227.877
2ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	iii	Marangatu Holding	18.156	350.000	-	368.156	-	-	-	-
1ª Emissão de CCB série 1 - Itaú Unibanco S/A		Panati Holding	-	-	-	-	18.366	300.000	-	318.366
1ª Emissão de CCB série 2 - Itaú Unibanco S/A		Panati Holding	-	-	-	-	3.801	100.000	-	103.801
1ª Emissão de CCB série 3 - Itaú Unibanco S/A		Panati Holding	-	-	-	-	736	100.000	-	100.736
2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A	iv	Panati Holding	811	15.000	-	15.811	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 1	315	263	56.699	57.277	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 1	162	476	4.285	4.923	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 2	315	263	56.714	57.292	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 2	162	476	4.286	4.924	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 3	315	262	56.699	57.276	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 3	162	477	4.285	4.924	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 4	315	262	56.699	57.276	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 4	162	477	4.285	4.924	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 5	315	262	56.694	57.271	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 5	162	476	4.286	4.924	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	v	Panati 6	315	262	56.711	57.288	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	vi	Panati 6	162	477	4.286	4.925	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>36.367</b>	<b>372.272</b>	<b>816.197</b>	<b>1.224.836</b>	<b>70.716</b>	<b>1.302.646</b>	<b>452.347</b>	<b>1.825.709</b>
<b>Moeda estrangeira</b>										
Banco BOCOM BBM		SPIC Brasil	-	-	-	-	2.228	380.655	-	382.883
Banco BOCOM BBM	vii	UHE São Simão	993	1.670	865.564	868.227	809	26.795	666.354	693.958
ICBC	viii	UHE São Simão	294	-	260.715	261.009	221	9.565	198.401	208.187
Deutsche Bank S.A.		UHE São Simão	-	-	-	-	255	271.831	-	272.086
Deutsche Bank S.A.	ix	Marangatu Holding	12.380	612.671	-	625.051	-	-	-	-
Deutsche Bank S.A.	x	Panati Holding	2.701	133.674	-	136.375	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>16.368</b>	<b>748.015</b>	<b>1.126.279</b>	<b>1.890.662</b>	<b>3.513</b>	<b>688.846</b>	<b>864.755</b>	<b>1.557.114</b>
<b>Debêntures</b>										
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	xi	UHE São Simão	4.205	-	1.040.740	1.044.945	4.146	-	989.213	993.359
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2		UHE São Simão	-	-	-	-	2.853	-	199.734	202.587
Pentagono Trustee - 2ª Emissão	xii	UHE São Simão	14.730	-	1.214.948	1.229.678	13.764	-	1.152.154	1.165.918
<b>Total</b>			<b>18.935</b>	<b>-</b>	<b>2.255.688</b>	<b>2.274.623</b>	<b>20.763</b>	<b>-</b>	<b>2.341.101</b>	<b>2.361.864</b>
<b>Derivativos</b>										
Itaú BBA		SPIC Brasil	-	-	-	-	5.793	-	-	5.793
JP Morgan		SPIC Brasil	-	-	-	-	(546)	-	-	(546)
Banco BOCOM BBM	xiii	UHE São Simão	1.013	-	-	1.013	1.043	-	117	1.160
ICBC	xiv	UHE São Simão	338	-	-	338	426	-	(113)	313
Deutsche Bank S.A.		UHE São Simão	-	-	-	-	287	509	-	796
Deutsche Bank S.A.	xv	Marangatu Holding	15.869	17.459	-	33.328	-	-	-	-
Deutsche Bank S.A.	xvi	Panati Holding	3.462	3.810	-	7.272	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>20.682</b>	<b>21.269</b>	<b>-</b>	<b>41.951</b>	<b>7.003</b>	<b>509</b>	<b>4</b>	<b>7.516</b>
<b>Total de dívidas</b>			<b>92.352</b>	<b>1.141.556</b>	<b>4.198.164</b>	<b>5.432.072</b>	<b>101.995</b>	<b>1.992.001</b>	<b>3.658.207</b>	<b>5.752.203</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As características das dívidas são apresentadas a seguir:

Item	Financiador	Companhia	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	SPIC	30/03/2023	BRL	CDI + 2,20%	Único	30/03/2023	30/03/2026
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A.	Millennium	29/12/2020	BRL	9,50%	Mensal	29/12/2020	29/05/2026
iii	2ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	Marangatu Holding	12/07/2024	BRL	CDI + 0,46%	Único	12/07/2024	10/07/2025
iv	2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A	Panati Holding	05/07/2024	BRL	CDI + 0,90%	Único	12/07/2024	14/07/2025
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 01	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 01	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 02	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 02	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 03	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 03	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 04	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 04	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 05	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 05	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 06	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 06	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
vii	Banco BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Parcial Semestral	16/10/2023	17/10/2026
viii	ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Único	19/10/2023	19/10/2026
ix	Deutsche Bank S.A.	Marangatu Holding	10/07/2024	CNH	Pré 3,55%	Único	10/07/2024	03/07/2025
x	Deutsche Bank S.A.	Panati Holding	10/07/2024	CNH	Pré 3,55%	Único	10/07/2024	07/07/2025
xi	1ª Emissão de debentures 1ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	IPCA + 3,54%	Anual	13/11/2019	16/11/2029
xii	2ª Emissão de debentures Série Única	UHE São Simão	15/10/2021	BRL	IPCA + 5,8198%	Anual	15/10/2021	15/10/2036
Item	Derivativo	Empresa	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
xiii	Banco BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,265%	Único	16/10/2023	17/10/2026
xiv	ICBC	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,27%	Único	16/10/2023	17/10/2026
xv	Deutsche Bank S.A.	Panati Holding	10/07/2024	CNH	CDI + 0,35%	Único	10/07/2024	07/07/2025
xvi	Deutsche Bank S.A.	Marangatu Holding	10/07/2024	CNH	CDI + 0,35%	Único	10/07/2024	03/07/2025

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos é demonstrada abaixo:

		Controladora							
		Valor líquido em 31/12/2023	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
	Swap	-	(59.895)	-	13.784	753	45.358	-	-
		<u>-</u>	<u>(59.895)</u>	<u>-</u>	<u>13.784</u>	<u>753</u>	<u>45.358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
	Empréstimos e financiamentos								
	Principal	380.914	(445.359)	-	-	1.021	63.424	-	-
	Juros	17.183	(72.165)	69.519	-	-	-	-	14.537
	Custo de transação	(259)	-	-	-	-	-	259	-
	Swap	5.247	(20.674)	17.562	13.784	2.147	(18.066)	-	-
		<u>403.085</u>	<u>(538.198)</u>	<u>87.081</u>	<u>13.784</u>	<u>3.168</u>	<u>45.358</u>	<u>259</u>	<u>14.537</u>
	<b>Não circulante</b>								
	Empréstimos e financiamentos								
	Principal	450.000	-	-	-	-	-	-	450.000
	Custo de transação	(1.709)	-	-	-	-	-	759	(950)
		<u>448.291</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>759</u>	<u>449.050</u>

		Controladora								
		Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Circulante</b>										
	Empréstimos e financiamentos									
	Principal	369.000	384.042	(369.001)	-	-	(1.022)	-	(2.105)	380.914
	Juros	9.129	-	(54.097)	62.151	-	-	-	-	17.183
	Custo de transação	-	(669)	-	-	(568)	-	978	-	(259)
		<u>378.129</u>	<u>383.373</u>	<u>(423.098)</u>	<u>66.687</u>	<u>(568)</u>	<u>(2.416)</u>	<u>978</u>	<u>2.105</u>	<u>403.085</u>
	<b>Não circulante</b>									
	Empréstimos e financiamentos									
	Principal	-	450.000	-	-	-	-	-	-	450.000
	Custo de transação	-	(2.277)	-	-	568	-	-	-	(1.709)
		<u>-</u>	<u>447.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>568</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>448.291</u>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Swap	-	-	(100.482)	-	22.461	2.330	-	171.151	-	95.460
	-	-	(100.482)	-	22.461	2.330	-	171.151	-	95.460
<b>Não circulante</b>										
Swap	-	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
	-	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.991.766	1.040.280	(2.069.673)	-	7.988	(54.695)	-	205.612	-	1.121.278
Juros	74.229	-	(281.859)	260.366	-	-	-	-	-	52.736
Custo de transação	(274)	-	-	-	(992)	-	-	-	275	(991)
Swap	7.512	-	(89.922)	105.755	22.462	27.133	-	(30.989)	-	41.951
Debêntures										
Principal	-	-	(200.000)	-	200.000	-	-	-	-	-
Juros	20.763	-	(129.639)	127.810	-	-	-	-	-	18.934
Custo de transação	-	-	-	-	(6.222)	-	-	-	6.222	-
	2.093.996	1.040.280	(2.771.093)	493.931	223.236	(27.562)	-	174.623	6.497	1.233.908
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.318.820	374.718	-	-	(7.988)	48.739	-	215.625	-	1.949.914
Custo de transação	(1.718)	(7.758)	-	-	992	-	-	-	1.047	(7.437)
Swap	4	-	-	-	237.144	(34.076)	-	(203.072)	-	-
Debêntures										
Principal	2.394.469	-	-	-	(200.000)	-	108.364	-	-	2.302.833
Custo de transação	(53.368)	-	-	-	6.222	-	-	-	-	(47.146)
	3.658.207	366.960	-	-	36.370	14.663	108.364	12.553	1.047	4.198.164

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Ajuste a valor de mercado	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Swap	817.056	(657.458)	(77.209)	(82.389)	-
	<b>817.056</b>	<b>(657.458)</b>	<b>(77.209)</b>	<b>(82.389)</b>	<b>-</b>

Passivo	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	2.976.253	1.959.504	(2.894.299)	-	39	2.661	34.357	-	(86.749)	1.991.766
Juros	37.459	-	(210.005)	246.775	-	-	-	-	-	74.229
Custo de transação	(30)	(669)	-	-	-	(584)	-	1.009	-	(274)
Swap	11.341	-	(83.123)	78.074	-	-	(3.535)	-	4.755	7.512
Debêntures										
Juros	21.073	-	(128.846)	128.536	-	-	-	-	-	20.763
Custo de transação	-	-	-	-	-	(6.254)	-	6.254	-	-
	<b>3.046.096</b>	<b>1.958.835</b>	<b>(3.316.273)</b>	<b>453.385</b>	<b>39</b>	<b>(4.177)</b>	<b>30.822</b>	<b>7.263</b>	<b>(81.994)</b>	<b>2.093.996</b>
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	6.726	1.344.994	-	-	-	(2.661)	(21.856)	-	(8.383)	1.318.820
Custo de transação	(25)	(2.277)	-	-	-	584	-	-	-	(1.718)
Swap	-	-	-	-	-	-	(8.379)	-	8.383	4
Debêntures										
Principal	2.297.800	-	-	-	-	-	-	-	96.669	2.394.469
Custo de transação	(59.622)	-	-	-	-	6.254	-	-	-	(53.368)
	<b>2.244.879</b>	<b>1.342.717</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.177</b>	<b>(30.235)</b>	<b>-</b>	<b>96.669</b>	<b>3.658.207</b>

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Nacional	Total
Circulante		
2025	14.537	14.537
	<b>14.537</b>	<b>14.537</b>
Não Circulante		
2026	449.050	449.050
	<b>449.050</b>	<b>449.050</b>
Total	<b>463.587</b>	<b>463.587</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2025	408.639	764.383	41.951	18.935	1.233.908
	<b>408.639</b>	<b>764.383</b>	<b>41.951</b>	<b>18.935</b>	<b>1.233.908</b>
Não Circulante					
2026	456.297	1.126.279	-	260.185	1.842.761
2027	7.069	-	-	260.185	267.254
2028	8.129	-	-	260.185	268.314
2029	9.054	-	-	260.185	269.239
2030 até 2034	57.773	-	-	607.474	665.247
2035 até 2039	83.490	-	-	607.474	690.964
2040 até 2044	117.227	-	-	-	117.227
Após 2045	77.158	-	-	-	77.158
	<b>816.197</b>	<b>1.126.279</b>	<b>-</b>	<b>2.255.688</b>	<b>4.198.164</b>
Total	<b>1.224.836</b>	<b>1.890.662</b>	<b>41.951</b>	<b>2.274.623</b>	<b>5.432.072</b>

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2024

Consolidado										
Companhia	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
UHE São Simão	BOCOM BBM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI + 0,265% a.a.	868.227	692.800	175.427
UHE São Simão	ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI + 0,27% a.a.	261.009	207.980	53.029
Panati	Deutsche Bank S.A.	10/07/2024	07/07/2025	120.000	162.735	Final	CDI + 0,35%	136.375	126.549	9.826
Marangatu	Deutsche Bank S.A.	10/07/2024	03/07/2025	550.000	743.118	Final	CDI + 0,35%	625.052	580.018	45.034
				<u>1.565.022</u>				<u>1.890.663</u>	<u>1.607.347</u>	<u>283.316</u>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As dívidas em moeda estrangeira na controlada UHE São Simão foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As demais dívidas na controladora e nas suas controladas não contêm garantias atreladas a dívida.

## 16.1 Condições restritivas (covenants)

### 16.1.1 SPIC Brasil

A Nota Comercial vigente está sujeita ao covenant financeiro, conforme o quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2024	4,25
A partir de 2025 e até a Data de Vencimento	3,75

Considera-se:

- (a) “Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;
- (b) “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

O covenant financeiro foi cumprido conforme as exigências demonstradas acima.

### 16.1.2 UHE São Simão

#### 16.1.2.1 Financeiros (Covenants)

##### Empréstimos

Os empréstimos com o Banco BOCOM BBM e ICBC não possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras,

##### Debêntures

1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitos aos *Covenants* financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,50x para o ano de 2024.

Considera-se:

- (a) “Dívida Líquida” com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b)“EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro serão emitidas até 31 de março de 2025. A Companhia realizou o cálculo apurando os limites dentro dos índices indicados, e os *Covenants* financeiros foram cumpridos.

O índice Dívida Líquida/EBITDA de acordo com as regras regulatórias em 31 de dezembro de 2024 ficou em 2,65, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,50 para o ano de 2024. A apresentação desta obrigação de cláusula restritiva é aplicável na emissão da Demonstração Contábil Regulatória.

### 16.1.2.2 Não financeiros (Covenants)

#### Empréstimos

Os empréstimos com o Banco BOCOM BBM e ICBC não possuem cláusulas restritivas não financeiras.

#### Debêntures

A companhia avaliou os contratos 1ª e 2ª emissão debêntures junto as áreas financeira, jurídico, regulatório e engenharia, eles possuem cláusulas padrões não financeiras e concluiu que em 31 de dezembro de 2024 está adimplente com todas as cláusulas existentes.

### 16.1.3 Millennium

As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva - Nota Explicativa 9;
- Penhor de ações;
- Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de financiamento não possui outras cláusulas restritivas (“*Covenants*”).

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 16.1.4 Panati Holding e Marangatu Holding

A Companhia avaliou os contratos junto as áreas financeira, jurídico, regulatório e engenharia e concluiu que em 31 de dezembro de 2024 está adimplente com todas as cláusulas existentes.

### 16.1.5 Complexo Panati-Sitiá

As garantias concedidas pelas controladas Panati 1 a Panati 6 para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram: Fiança bancária do Banco Itaú Unibanco S.A. e do Banco do Brasil S.A., 73,68% e 26,32% respectivamente sobre o valor do financiamento, totalizando uma garantia de 100% do financiamento.

Além das fianças apresentadas, a conclusão física e financeira do projeto só irá ocorrer no atingimento, nos últimos 12 (doze) meses consecutivos à medição, de geração de energia acumulada pelo projeto entregue no centro de gravidade equivalente a, no mínimo, o P90 da Certificação Solarimétrica conduzida pela Aeroespacial. A Administração avaliou os contratos junto as áreas financeira, jurídico, regulatório e engenharia e concluiu que está adimplente com todas as cláusulas existentes nos contratos.

## 17. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas realizam a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US\$ 5.000/ano. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos fixos atualizados por índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos e solares. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota explicativa 12) e Arrendamentos (nota explicativa 17).

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar do contrato de aluguel conforme nota explicativa 12 demonstrado abaixo:

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização financeira	Pagamentos	
Alugueis de imóveis	-	958	-	(440)	518
(-) Ajuste a valor presente	-	(103)	71	-	(32)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>855</b>	<b>71</b>	<b>(440)</b>	<b>486</b>
Circulante	-	-	-	-	413
Não Circulante	-	-	-	-	73
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>486</b>

	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Outros	
Arrendamentos de terra	86.824	131.756	(6.806)	-	(4.650)	-	207.124
Alugueis de imóveis	21.390	958	36.892	-	(6.255)	(345)	52.640
(-) Ajuste a valor presente	(55.848)	(15.767)	(6.628)	6.882	-	-	(71.361)
<b>Total</b>	<b>52.366</b>	<b>116.947</b>	<b>23.458</b>	<b>6.882</b>	<b>(10.905)</b>	<b>(345)</b>	<b>188.403</b>
Circulante	5.980	-	-	-	-	-	7.344
Não Circulante	46.386	-	-	-	-	-	181.059
<b>Total</b>	<b>52.366</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.403</b>

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	20.520	67.874	(571)	-	(3.145)	84.678
Alugueis de imóveis	26.850	34	-	-	(5.494)	21.390
(-) Ajuste a valor presente	(10.444)	(48.252)	21	4.973	-	(53.702)
<b>Total</b>	<b>36.926</b>	<b>19.656</b>	<b>(550)</b>	<b>4.973</b>	<b>(8.639)</b>	<b>52.366</b>
Circulante	5.462	-	-	-	-	5.980
Não Circulante	31.464	-	-	-	-	46.386
<b>Total</b>	<b>36.926</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.366</b>

## 18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	11.052	4.320	656	-	16.028
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	320	1.852	-	(1.844)	328
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.069	6.172	-	(6.145)	1.096
MME - Ministério de Minas e Energia	534	3.086	-	(3.072)	548
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	441	5.545	-	(5.544)	442
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.952	61.823	-	(59.632)	11.143
	<b>22.368</b>	<b>82.798</b>	<b>656</b>	<b>(76.237)</b>	<b>29.585</b>
Circulante	22.368				29.585
<b>Total</b>	<b>22.368</b>				<b>29.585</b>

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	Saldo em 31/12/2023
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	20.513	4.383	1.076	-	(14.920)	11.052
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	306	1.878	-	(1.864)	-	320
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.021	6.261	-	(6.213)	-	1.069
MME - Ministério de Minas e Energia	255	3.130	-	(2.851)	-	534
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	438	5.499	-	(5.496)	-	441
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.687	47.298	-	(47.033)	-	8.952
	<b>31.220</b>	<b>68.449</b>	<b>1.076</b>	<b>(63.457)</b>	<b>(14.920)</b>	<b>22.368</b>
Circulante	31.220					22.368
<b>Total</b>	<b>31.220</b>					<b>22.368</b>

### 19. Provisões - consolidado

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 19.1 Provisões para contingências

### 19.1.1 Risco de perda provável

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Pagamento	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	441	183	14	- 146	492
Cíveis	381	-	77	- 426	32
Fiscais	-	561	211	- 34	738
Ambientais	57	-	3	-	60
	<b>879</b>	<b>744</b>	<b>305</b>	<b>(606)</b>	<b>1.322</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Pagamento	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	197	439	-	- 195	441
Cíveis	-	272	109	-	381
Fiscais	-	12	-	- 12	-
Ambientais	55	-	2	-	57
	<b>252</b>	<b>723</b>	<b>111</b>	<b>(207)</b>	<b>879</b>

### Controlada UHE São Simão

**Reclamação trabalhista** - (i) 0010042-07.2023.5.03.0063; (ii) 0010552-20.2023.5.03.0063; (iii) 0010354-46.2024.5.03.0063; (iv) 0010448-07.2023.5.18.0129; e, (v) 0010585-52.2024.5.18.0129.

A Companhia é parte passiva em cinco reclamações trabalhistas, das quais três foram ajuizadas por ex-funcionários (empregados próprios) e duas por terceiros. O valor total atualizado das ações é de R\$ 492.

### Ação Civil Pública (Ambiental) - 0009519-51.2012.4.01.3803

Trata-se de uma Ação Civil Pública que visa obrigar os réus a demolirem edificações e a recuperarem uma área de preservação permanente (APP) localizada às margens do reservatório da UHE São Simão. A ação foi proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a antiga concessionária (CEMIG) e um suposto ocupante irregular de área afetada pela concessão da usina. O MPF alega que a benfeitoria foi construída sem autorização e requer sua desocupação e recuperação ambiental.

Foram formulados dois pedidos:

1. Danos morais coletivos no valor de R\$ 30, corrigidos monetariamente desde a data inicial (22/08/2012) e acrescidos de juros de mora.
2. Recuperação ambiental da área, estimada provisoriamente em R\$ 30, também com correção monetária e juros.

O valor provisionado atualizado para a ação é de R\$ 60.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 2020, a UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo por ter assumido as obrigações da CEMIG quanto à preservação da área de concessão. O prognóstico de perda quanto ao pedido de danos morais coletivos (Pedido 1) é possível, pois a Companhia não foi responsável pelo dano. Já em relação à recuperação ambiental (Pedido 2), a perda é considerada provável.

Atualmente, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada.

### Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda

- **Controlada Panati 1 Energias Renováveis S.A. (SPE)**

**Constituição de Servidão – (i) 0200327-48.2023.8.06.0151; (ii) 0200326-63.2023.8.06.0151; (iii) 0200325-78.2023.8.06.0151**

Trata-se de ações cíveis de instituição de servidão administrativa para a passagem de linha de transmissão perante a 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos, atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 32 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2023, capitalizados como gastos com servidão no intangível).

- **Controlada Millennium**

### **Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica tributária e pedido de liminar, ajuizada pela controlada Millennium contra o Município de Mataraca.

O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 136 em 31 de dezembro de 2024.

- **Controlada Vale dos Ventos**

### **Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica tributária e pedido de liminar, ajuizada pela controlada Millennium contra o Município de Mataraca.

O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 602 em 31 de dezembro de 2024.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 19.1.2 Risco de perda possível

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	1.612	1.523	-	-	3.135
Cíveis	-	779	-	42	821
Fiscais	223.191	352.905	- 288	20.833	596.641
Ambientais	58	-	-	2	60
	<b>224.861</b>	<b>355.207</b>	<b>(288)</b>	<b>20.877</b>	<b>600.657</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	-	1.558	-	54	1.612
Cíveis	309	-	- 309	-	-
Fiscais	27.550	171.117	- 1.662	26.186	223.191
Ambientais	55	-	-	3	58
	<b>27.914</b>	<b>172.675</b>	<b>(1.971)</b>	<b>26.243</b>	<b>224.861</b>

#### Controlada UHE São Simão

**(i) Reclamação Trabalhista** – (i) 1001859-85.2024.5.02.0010; (ii) 1001035-79.2024.5.02.0058; (iii) 0010351-70.2024.5.18.0129; (iv) 0000177-83.2024.5.05.0122; (v) 0000308-02.2024.5.12.0013; (vi) 0010365-27.2024.5.03.0176; (vii) 0001163-78.2024.5.12.0013; e, (viii) 0011170-07.2024.5.18.0129.

A Companhia é parte passiva em oito reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, incluindo empregados próprios e terceirizados. O valor total envolvido nas ações é de R\$ 3.135.

**(ii) Revisão Contratual (Civil)** - 1074290-23.2024.8.26.0100

A Companhia é parte passiva em uma ação de revisão contratual. O valor envolvido, atualizado em dezembro de 2024, é de R\$ 821.

**(iii) Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173**

A Companhia recebeu uma notificação de IPTU referente ao ano de 2012, emitida pela autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$ 5.775. Para contestar a cobrança, a Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal, apresentando uma carta fiança para garantir o juízo. Foi também requerido, em caráter liminar, a suspensão da execução da dívida tributária, o que foi concedido pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019.

Em 24 de março de 2022, foi proferida sentença favorável à Companhia, reconhecendo a inexistência da cobrança de IPTU a partir de 2018. O Município recorreu por meio de Recurso de Apelação, e a UHESS apresentou Contrarrazões em 18 de novembro de 2022. O processo foi então remetido à 6ª Câmara Cível do TJ/GO.

Em 21 de março de 2023, a Câmara Cível, por maioria, deu provimento ao recurso da Fazenda Municipal. Em resposta, a Companhia opôs Embargos de Declaração em 5 de abril de 2023, os quais foram parcialmente acolhidos em 18 de setembro de 2023. Posteriormente, foram interpostos Recursos aos Tribunais Superiores, mas, em 18 de janeiro de 2024, os Recursos Especial e Extraordinário foram inadmitidos. Diante disso, em 8 de fevereiro de 2024, foram interpostos os respectivos Agravos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 27 de fevereiro de 2024, a Prefeitura apresentou Contraminutas, e, em 28 de fevereiro de 2024, o caso foi distribuído ao STJ sob o nº 2.577.782/GO, sob relatoria do Ministro Gurgel de Faria. Em 20 de agosto de 2024, o Ministro proferiu decisão monocrática dando provimento ao Recurso Especial, anulando o Acórdão do TJ/GO que havia julgado os Embargos de Declaração.

Com o trânsito em julgado certificado no STJ, o processo foi remetido ao TJ/GO para um novo julgamento dos Embargos de Declaração.

O valor atualizado envolvido na ação em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 33.998.

**(iii) Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP)** - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023- 13; e 10880.947155/2023-00.

A Companhia recebeu dez autos de infração devido à não homologação integral de diversos PER/DCOMPs. Essa situação ocorreu porque os PER/DCOMPs têm origem em Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) que ainda não foram homologadas pela Receita Federal. Como consequência, os PER/DCOMPs também não foram homologados.

Diante da não homologação, a Companhia apresentou dez manifestações de inconformidade, argumentando a necessidade de homologação tanto das DCTFs quanto dos PER/DCOMPs. O valor total envolvido nas manifestações é de R\$ 47.875.

**(iii) Auto de Infração** - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36

A Receita Federal do Brasil emitiu os avisos nº 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36, alegando que a UHE São Simão Energia S.A. não recolheu corretamente os impostos sobre os rendimentos provenientes da exploração da central elétrica.

Em resumo, as autoridades fiscais contestam o procedimento adotado pela empresa, que resultou na tributação da totalidade dos montantes faturados no âmbito da concessão (montantes realizados). Segundo a Receita Federal, a empresa deveria ter tributado o lucro contábil, ajustado apenas pela amortização da subvenção paga pela concessão, que corresponde a uma remuneração não realizada do ativo financeiro da concessão. No entanto, as autoridades fiscais não contestaram a amortização do subsídio pago pela concessão.

O valor total cobrado nos autos de infração, incluindo impostos, multas e juros, é de R\$ 158.325 em 31 de dezembro de 2024.

A empresa entende que suas práticas tributárias estão corretas e que as autoridades estão, na verdade, tributando lucros não realizados, decorrentes do regime contábil aplicável a concessões de serviços públicos. Esse regime exige o reconhecimento de um ativo financeiro da concessão a valor presente e de receita financeira, enquanto a tributação deveria incidir sobre os valores efetivamente faturados e realizados pela empresa.

Diante disso, a empresa apresentou defesas administrativas em 3 de janeiro de 2024. Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão de primeira instância indeferindo a impugnação. Em 20 de setembro de 2024, foi interposto Recurso Voluntário. O processo foi distribuído no CARF em 2 de dezembro de 2024, sob a relatoria do Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior. Atualmente, aguarda-se a inclusão em pauta para julgamento.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### (iii) Auto de Infração - 19614.721.818/2024-55 e 13074.738.169/2024-08

A Companhia recebeu um Auto de Infração relativo à exigência de IRPJ e CSLL referentes aos períodos de dezembro de 2019 e 2020. A autuação decorre da desconsideração de ajustes realizados na apuração dos tributos, relacionados à concessão.

O efeito prático dessa desconsideração foi a cobrança de tributos sobre lucros não realizados, reconhecidos apenas de acordo com o regramento contábil. Esse regramento exige o reconhecimento de um ativo financeiro a valor presente e de rendimento financeiro, enquanto a tributação deveria incidir sobre os valores efetivamente faturados e realizados na operação de produção de energia.

O valor total cobrado nos autos de infração, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 352.905.

A ciência do Auto de Infração foi dada em 26 de novembro 2024, e a defesa foi apresentada em 24 de dezembro de 2024.

### Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda

- **Controladas Vale dos Ventos e Millennium**

#### Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231

Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela controladas Vale dos Ventos e Millennium contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. O passivo envolvido foi avaliado em 2024 como risco provável e reconhecido no passivo das controladas.

- **Controlada Millennium**

#### Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75

Trata-se de Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023, que considerou a indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes do financiamento para o cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009.

De acordo com a pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), a indedutibilidade só se aplicaria se o financiamento fosse pactuado a taxas inferiores às praticadas no financiamento obtido.

Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF.

O escritório contratado pela Companhia entende que o risco de perda é possível, uma vez que há a possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, embora a Companhia tenha precedentes favoráveis à sua tese. Caso o lançamento seja mantido na esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.538.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 19.2 Provisão para desmobilização

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para desmobilização	30.430	-	(10.288)	827	20.969
	<b>30.430</b>	<b>-</b>	<b>(10.288)</b>	<b>827</b>	<b>20.969</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Provisão para desmobilização	8.796	21.384	-	250	30.430
	<b>8.796</b>	<b>21.384</b>	<b>-</b>	<b>250</b>	<b>30.430</b>

A Companhia, com o auxílio de especialistas aprimorou durante o exercício de 2024 suas estimativas para os custos de desmobilização dos complexos solares de Panati-Sitiá e Marangatu, as quais entraram em operação durante o exercício de 2024.

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 20.969 (R\$ 30.430 em 2023), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium e parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos e solares (Nota explicativa 12).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

O cálculo do valor da provisão para desmobilização dos parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a..

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 20. CAPEX melhorias - consolidado

As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão.

A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No dia 20 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o contrato número 22842 referentes ao plano de modernização das unidades geradoras da UHE São Simão. As empresas que executarão a modernização das unidades geradoras serão a GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda., com previsão de conclusão em 2029 e investimentos de R\$ 646.698. As garantias previstas em contrato são: "PCG (Parent Company Guarantee)", "Performance Securities" (Garantia no valor de 10%, referente à cada seção e com vigência até a entrada em operação) e "Warranty Securities" (Garantia no valor de 5%, referente à cada seção e com vigência desde a entrada em operação até o período final da garantia técnica).

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa 14 e demonstrado abaixo:

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Provisão Capex melhorias	782.503	229.487	-	(223.005)	788.985
(-) Ajuste a valor presente	(135.805)	(50.212)	48.907	-	(137.110)
<b>Total</b>	<b>646.698</b>	<b>179.275</b>	<b>48.907</b>	<b>(223.005)</b>	<b>651.875</b>
Circulante	102.275				129.214
Não Circulante	544.423				522.661
<b>Total</b>	<b>646.698</b>				<b>651.875</b>

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Provisão CAPEX melhorias	1.000.140	-	(217.637)	782.503
(-) Ajuste a valor presente	(194.727)	58.922	-	(135.805)
<b>Total</b>	<b>805.413</b>	<b>58.922</b>	<b>(217.637)</b>	<b>646.698</b>
Circulante	141.977			102.275
Não Circulante	663.436			544.423
<b>Total</b>	<b>805.413</b>			<b>646.698</b>

### 21. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 4.100.519 (R\$ 3.527.080 em 31 de dezembro de 2023), representado por 4.100.519 ações ordinárias (3.527.080 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 2024 houve um aumento de capital na importância de R\$ 573.439.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### a. Destinação dos lucros:

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024 e, portanto, não efetuou destinação de resultado. As reservas acumuladas serão submetidas a aprovação em 2025 para compensar o este prejuízo do exercício.

O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	Dividendos / JSCP a receber			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
UHE São Simão	51%	87.219	126.822	-	-
SPIC Comercializadora	100%	1.957	161	-	-
		<b>89.176</b>	<b>126.983</b>	-	-

Acionistas	% Participação	Dividendos a pagar			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SPIC Green Energy Ltda	100%	899.820	615.821	899.820	615.821
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	-	-	59.856	87.035
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	-	-	11.971	17.407
CPD Energy investment Co. limited	7%	-	-	11.971	17.407
		<b>899.820</b>	<b>615.821</b>	<b>983.618</b>	<b>737.670</b>

### b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

## 22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro ou prejuízo básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(186.258)	255.335	(186.258)	255.335
Denominador (em milhares de ações)				
Número de ações	3.703.274	3.513.906	3.703.274	3.513.906
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais - R\$)	(0,0503)	0,0727	(0,0503)	0,0727

## 23. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

### Controladas Vale dos Ventos e Millennium:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos com a Eletrobrás para atendimento ao Proinfa.

### Controlada UHE São Simão:

b) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

c) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

d) Receita de atualização do ativo financeiro da concessão: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento da bonificação de outorga e atualizada mensalmente pelo IPCA.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



e) Receita de O&M – Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento para suprir os gastos com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG e atualizado mensalmente pelo IPCA.

Controladas Panati-Sitia e Marangatu:

f) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

	Consolidado	
	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	654.812	551.920
Energia de curto prazo	29.274	11.663
Receita RBO	1.157.765	1.083.881
Receita de O&M	614.737	579.186
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.456.588</b>	<b>2.226.650</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(221.235)	(205.409)
	(221.235)	(205.409)
Encargos do consumidor		
P&D	(15.430)	(15.652)
TFSEE	(5.306)	(5.281)
CFURH	(61.824)	(47.298)
	(82.560)	(68.231)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(303.795)</b>	<b>(273.640)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.152.793</b>	<b>1.953.010</b>

## 24. Custos e despesas (por natureza)

	Controladora			
	2024		2023	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Pessoal e Administradores	(15.240)	(15.240)	(12.032)	(12.032)
Material	(218)	(218)	(63)	(63)
Serviços de terceiros	(7.719)	(7.719)	(10.826)	(10.826)
Serviços de auditoria	(315)	(315)	(409)	(409)
Depreciação	(540)	(540)	(20)	(20)
Amortização	(869)	(869)	(846)	(846)
Alugueis e arrendamentos	(1.130)	(1.130)	-	-
Outras	(1.992)	(1.992)	(3.977)	(3.977)
<b>Total</b>	<b>(28.023)</b>	<b>(28.023)</b>	<b>(28.173)</b>	<b>(28.173)</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(57.163)	-	(57.163)	(11.473)	-	(11.473)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(293.169)	-	(293.169)	(254.732)	-	(254.732)
Pessoal e Administradores	(35.080)	(89.470)	(124.550)	(34.380)	(82.163)	(116.543)
Material	(3.448)	(1.218)	(4.666)	(2.406)	(1.396)	(3.802)
Serviços de terceiros	(46.138)	(54.552)	(100.690)	(29.321)	(60.296)	(89.617)
Serviços de auditoria	(241)	(1.072)	(1.313)	(92)	(1.672)	(1.764)
Depreciação	(99.653)	(6.626)	(106.279)	(15.606)	(3.604)	(19.210)
Amortização	(97.103)	(2.095)	(99.198)	(98.939)	(2.075)	(101.014)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(579)	(183)	(762)	(239)	(514)	(753)
Aluguéis e arrendamentos	(1.368)	(5.607)	(6.975)	(890)	(2.810)	(3.700)
Perdas na desativação de bens	(109)	-	(109)	(1.231)	(33.507)	(34.738)
Outras	(9.976)	(17.248)	(27.224)	(6.351)	(18.568)	(24.919)
(-) Impostos diferidos sobre ativo imobilizado	1.196	-	1.196	1.196	-	1.196
(-) Outras receitas	-	2.302	2.302	-	3.411	3.411
<b>Total</b>	<b>(642.831)</b>	<b>(175.769)</b>	<b>(818.600)</b>	<b>(454.464)</b>	<b>(203.194)</b>	<b>(657.658)</b>

## 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	7.763	29.828	56.504	132.897
Descontos Obtidos	-	-	714	-
Variação monetária	-	-	62	-
Outros juros e variações monetárias	8.804	11.297	24.730	85.222
Outras receitas financeiras	-	-	5	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(843)	(1.912)	(4.130)	(11.290)
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>15.724</b>	<b>39.213</b>	<b>77.885</b>	<b>206.829</b>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(101.442)	(102.586)	(348.292)	(309.639)
Debêntures	-	-	(134.032)	(134.792)
AVP - Ajuste a valor presente	(71)	-	(55.493)	(61.740)
Atualização P&D	-	-	(656)	(1.076)
Provisão para descomissionamento	-	-	(827)	(250)
Atualização de contingências	-	-	(305)	(111)
Variação monetária	-	-	(108.389)	(95.344)
Outras despesas financeiras	(2)	-	(2.306)	(3.046)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(101.515)</b>	<b>(102.586)</b>	<b>(650.300)</b>	<b>(605.998)</b>
Variação monetária/cambial líquida				
Variação monetária	21.082	2.416	21.082	2.416
Variação cambial	-	-	(7.417)	(322)
<b>Total variação monetária/cambial líquida</b>	<b>21.082</b>	<b>2.416</b>	<b>13.665</b>	<b>2.094</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(64.709)</b>	<b>(60.957)</b>	<b>(558.750)</b>	<b>(397.075)</b>

## 26. Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade:

(i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ – Corrente	-	5.431	(110.290)	129.255
CSLL – Corrente	-	1.950	(43.555)	44.485
	-	<b>7.381</b>	<b>(153.845)</b>	<b>173.740</b>
IRPJ – Diferido	-	-	(92.830)	(89.698)
CSLL – Diferido	-	-	(33.418)	(32.292)
	-	-	<b>(126.248)</b>	<b>(121.990)</b>
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	-	<b>7.381</b>	<b>(280.093)</b>	<b>51.750</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	(186.258)	247.954	399.715	714.588
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	63.328	(84.304)	(135.903)	(242.960)
Equivalência patrimonial	(31.799)	114.609	(121.233)	115.014
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Imposto diferidos não constituído				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
JSCP	(274)	-	(1)	(5)
Adições permanentes	(11)	(2)	(43)	(92)
Exclusões permanentes				
SELIC sobre créditos fiscais	369	637	5.393	24.720
Amortização RBO	-	-	59.484	59.484
Outras exclusões permanentes	-	-	1.327	795
Doações	-	-	(1.100)	(1.577)
Gratificação	-	(62)	(904)	(1.142)
Adições temporárias	-	-	-	(8.833)
Depreciação	-	-	(4.429)	(4.429)
Descomissionamento	-	-	(371)	(250)
Outras provisões	499	(1.317)	(1.077)	(4.154)
Ativo Financeiro da concessão	-	-	(12.008)	(10.413)
CPC 06 - Arrendamento	(134)	-	(589)	(142)
Swap	-	-	80.979	(56.766)
MtM - Ativo	(821)	821	(1.689)	(200)
Capex melhoria	-	-	48.685	43.454
Realização receita (ACR)	-	-	(472.837)	(452.866)
Varição cambial ativa (realizada e não realizada)	33.944	(4.151)	68.954	140.650
Varição cambial passiva (realizada e não realizada)	(29.313)	4.151	(176.376)	(108.115)
Receita RBO/O&M	-	-	602.651	565.443
Realização dívida	-	-	39.676	80.999
Juros - empréstimos e financiamentos	-	-	(21.260)	(43.523)
Varição monetária - Debêntures	-	-	(36.844)	(32.867)
Amortização da extensão da concessão	-	-	(1.022)	-
Compensação de prejuízo fiscais	-	-	3.479	5.009
Prejuízos fiscais do ano	(35.788)	(30.382)	(84.835)	(209.789)
Ajuste por diferença de base lucro real/presumido	-	-	(4.655)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Lei Rouanet	-	-	3.233	3.588
Lucro da exploração	-	-	6.357	6.938
Inovação tecnológica - P&D	-	-	1.327	795
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	77	69
Adicional (10%)	-	-	96	96
IRPJ e CSLL (RBO)	-	-	-	305.074
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	7.381	1.611	(266)
IRPJ e CSLL corrente no exercício	-	<b>7.381</b>	<b>(153.845)</b>	<b>173.740</b>
	0,00%	2,98%	38,49%	24,31%

## Impostos diferidos

Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos.

Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão SPIC Comercializadora e Millennium.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Consolidado							
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízos Fiscais</b>	13.801	16.367	-	-	(2.567)	(3.683)	-	-
<b>Base negativa da contribuição social</b>	4.968	5.892	-	-	(924)	(1.326)	-	-
	18.769	22.259	-	-	(3.491)	(5.009)	-	-
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	12.472	11.158	16.295	20.724	5.743	7.421	-	-
Ativo financeiro da concessão	43	-	810.883	693.077	(117.763)	(102.339)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	2.577	2.156	-	-	421	(11.476)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(26.250)
Instrumentos financeiros - Debêntures	161.450	123.919	-	-	37.531	32.867	-	-
Amortização Capex Melhorias	(85.394)	(36.705)	-	-	(48.689)	(43.454)	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	91.148	100.528	827.178	713.801	(122.757)	(116.981)	-	(26.250)
<b>Total bruto</b>	109.917	122.787	827.178	713.801	(126.248)	(121.990)	-	(26.250)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(99.824)	(113.471)	(99.824)	(113.471)	-	-	-	-
<b>Total</b>	10.093	9.316	727.354	600.330	-	-	-	-

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	31/12/2022	31/12/2022
	<b>Prejuízos Fiscais</b>	16.367	20.050	-	-	(3.683)	(3.250)	-
<b>Base negativa da contribuição social</b>	5.892	7.218	-	-	(1.326)	(1.170)	-	-
	22.259	27.268	-	-	(5.009)	(4.420)	-	-
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	11.158	8.341	20.724	25.153	7.421	5.647	-	-
Ativo financeiro da concessão	-	-	693.077	590.914	(102.339)	(133.989)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	2.156	13.632	-	-	(11.476)	67	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	26.250	-	-	(26.250)	(33.692)
Instrumentos financeiros - Debêntures	123.919	91.052	-	-	32.867	37.794	-	-
Amortização Capex Melhorias	(36.705)	6.749	-	-	(43.454)	(13.987)	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	100.528	119.774	713.801	642.317	(116.981)	(104.468)	(26.250)	(33.692)
<b>Total bruto</b>	122.787	147.042	713.801	642.317	(121.990)	(108.888)	(26.250)	(33.692)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(113.471)	(137.520)	(113.471)	(137.520)	-	-	-	-
<b>Total</b>	9.316	9.522	600.330	504.797	-	-	-	-

## 27. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

### Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

### Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo.

No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa 16 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Hedge de valor justo

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

#### a) *Risco de crédito*

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 76.219 referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

### b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos

### c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (CNH).

### d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### e) Dívida em moeda estrangeira e seus derivativos

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos foi designada e qualificada como *hedge* de valor justo e reconhecidas no resultado financeiro. A opção pelo valor justo teve o intuito de eliminar ou reduzir inconsistências de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Em 31 de dezembro de 2024, as dívidas em moeda estrangeira e seus derivativos foram reconhecidos no resultado da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2024					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	25.960	-	-	-	25.960	79.695
Empréstimos e financiamentos	14.537	-	449.050	-	463.587	846.129
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	75
Arrendamentos e Aluguéis	99	313	74	-	486	-
Derivativos	-	-	-	-	-	5.247
<b>Total</b>	<b>40.596</b>	<b>313</b>	<b>449.124</b>	<b>-</b>	<b>490.033</b>	<b>931.146</b>
	Consolidado					31/12/2023
	31/12/2024					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	153.968	-	11.539	3	165.510	253.742
Empréstimos e financiamentos	21.464	1.170.493	2.647.568	1.550.596	5.390.121	5.744.687
Partes relacionadas	-	-	-	972	972	971
Arrendamentos e Aluguéis	1.470	5.877	32.789	148.267	188.403	52.366
Provisão - Capex melhorias	32.304	96.910	355.409	167.252	651.875	646.698
Derivativos	1.351	40.600	-	-	41.951	7.516
<b>Total</b>	<b>210.557</b>	<b>1.313.880</b>	<b>3.047.305</b>	<b>1.867.090</b>	<b>6.438.832</b>	<b>6.705.980</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	67.402	67.402	98.030	98.030	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	195.974	195.974	188.253	188.253	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos	24.658	24.658	77.487	77.487	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiamentos e empréstimos moeda nacional	463.587	463.587	463.246	463.246	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos moeda estrangeira	-	-	382.883	382.883	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.247	5.247	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	486	486	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	75	75	Custo amortizado
Fornecedores	25.960	25.960	79.695	79.695	Custo amortizado
	Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	421.037	421.037	610.386	610.386	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber de clientes	76.219	76.219	55.118	55.118	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	7.608.309	7.608.309	7.261.821	7.261.821	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	195.974	195.974	188.460	188.460	Custo amortizado
Outros ativos	64.890	64.890	114.979	114.979	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	325.267	325.267	-	-	Valor justo por meio de resultado
Caixa restrito e depósitos judiciais	15.004	15.004	4.615	4.615	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiamentos e empréstimos moeda nacional	1.224.836	1.224.836	1.825.709	1.825.709	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos moeda estrangeira	1.890.662	1.890.662	1.557.114	1.557.114	Valor justo por meio do resultado
Debêntures	2.274.623	2.274.623	2.361.864	2.361.864	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	41.951	41.951	7.516	7.516	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	188.403	188.403	52.366	52.366	Custo amortizado
Partes relacionadas	971	971	971	971	Custo amortizado
Fornecedores	165.510	165.510	253.742	253.742	Custo amortizado

## Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## Instrumentos financeiros derivativos

As controladas UHE São Simão, Panati Holding e Marangatu Holding mantêm empréstimo em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira.

As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 montam em R\$ 1.890.662 (R\$ 1.557.114 em 31 de dezembro de 2023).

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda em aberto no fim do período de relatório:

Empresa	Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
UHE São Simão	Banco BOCOM BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	688.450	175.427
UHE São Simão	ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,27% a.a.	206.572	53.029
Marangatu Holding	Deutsche Bank S.A.	Pré 3,55%	CDI + 0,35%	120.000	9.826
Panati Holding	Deutsche Bank S.A.	Pré 3,55%	CDI + 0,35%	550.000	45.034

### Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

		Consolidado						
Empresa	Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
SPIC Brasil	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	450.000	CDI + 2,20%	35,010	49,770	64,575	79,380	94,185
UHE São Simão	1ª Emissão de debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	42,470	53,785	65,178	72,695	80,213
UHE São Simão	2ª Emissão de debentures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,8198%	81,847	97,250	112,758	122,992	133,225
UHE São Simão	Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,265%	40,240	62,821	85,471	108,087	130,771
UHE São Simão	Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	12,002	18,777	25,574	32,370	39,166
Panati Holding	CCB PANATI	15.000	CDI + 0,90%	0,972	1,464	1,958	2,451	2,945
Panati Holding	LOAN DEUTSCHE	120.000	3.55% a.a.	3,660	3,960	4,260	4,560	4,860
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	3,502	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,647	0,720	0,794	0,842	0,891
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,647	0,720	0,794	0,842	0,891
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891
Marangatu Holding	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	350.000	CDI + 1,70%	25,480	36,960	48,475	60,865	70,630
Panati Holding	LOAN DEUTSCHE	550.000	3.55%	16,775	18,150	19,525	20,900	22,275

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Outros riscos considerados relevantes

#### a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo - coexistirão.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC.

Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

#### c) Mudanças climáticas

A Companhia é grande contribuinte para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais.

Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso hídrico que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### d) Debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado das debêntures são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

## 28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seguro de D&O ('Directors and Officer') para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$ 120.000.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2024 a 08/11/2025. Os seguros contratados englobam a controladora da companhia e suas controladas.

Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$ 248.731 com período de vigência de 30/11/2024 a 30/11/2025. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia e suas controladas.

## 29. Transações que não afetaram o caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso – adição e correção contratual	10	140.405	19.104
Imobilizado – Adição (baixa) de desmobilização	11	(10.289)	21.384

## 30. Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2025 a controlada Vale dos Ventos reduziu capital social em R\$ 10.000, desta forma o capital social da Companhia passou para R\$ 23.276, representados por 23.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de 1,00 (um real) cada uma.

Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou contrato de compra de ações com a Canadian Solar FIP para aquisição de 70% das ações representativas do capital social do complexo de geração de energia fotovoltaica representado pela empresa Luiz Gonzaga Holding S.A e suas três respectivas subsidiárias Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A, Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A e Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Essa aquisição teve por objetivo uma estratégia de expansão através de novos negócios com foco em energia renovável e o projeto encontra-se operacional.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2025 a Companhia recebeu aporte de capital da Controladora State Power Investment Corporation China, nos montantes de R\$ 150.878 e R\$ 144.826 respectivamente.

Nos meses de janeiro a março de 2025 a Companhia efetuou aporte de capital na controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. nos montantes de R\$ 74.490, R\$ 138.474 e R\$ 76.388 respectivamente. Os aportes serão utilizados para o início das obras de construção dos parques eólicos Pedra de Amolar I e II e Paraíso Farol I e II.

## **SPIC Brasil Energia Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 27 de março de 2025 as Controladas do complexo solar Marangatu (SPEs 7 a 12) assinaram o contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O valor do financiamento para cada SPE será de R\$ 58.333 e taxa de juros atrelada ao IPCA + 5,3458 a.a.

### **Composição da Diretoria**

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza  
Contadora  
CRC - 1SP145065/O-9